

COMPOSIÇÃO ANALÍTICA DO BDI

PROPRIETÁRIO:

PREFEITURA MUNICIPAL DE TEODORO SAMPAIO/BA

TÍTULO DO PROJETO:

Implantação de MSD no município de Teodoro Sampaio/BA

DATA

07/06/2019

DESCRIÇÃO	BDI ADOTADO (%)
Administração Central (AC)	4,00
Seguro e Garantia (S+G)	0,80
Risco (R)	1,00
Despesas Financeiras (DF)	1,23
Lucro (L)	7,30
Tributos (soma do COFINS, PIS E ISS)	6,15
COFINS	3,00
PIS	0,65
ISS	2,50
INSS (Alíquota desoneração)*	-
BDI CALCULADO TOTAL (%)*	22,45%

Parâmetros para cálculo do BDI de acordo com o ACÓRDÃO Nº 2622/2013 - TCU - Plenário, de 25/09/2013.

* Valor total arredondado.

Equação utilizada para cálculo do BDI:

$$BDI = \left[\frac{(1 + AC + S + R + G)(1 + DF)(1 + L)}{(1 - I)} - 1 \right] \times 100$$

Onde:

AC é a taxa de rateio da Administração Central;

S é uma taxa representativa de Seguros;

R corresponde aos riscos e imprevistos;

G é a taxa que representa o ônus das garantias;

DF é a taxa representativa das despesas financeiras;

L corresponde ao lucro e;

I é a taxa representativa dos impostos (PIS, Cofins e ISS).

*A planilha orçamentária COM Desoneração possibilita a consideração de alíquota de INSS na composição do BDI, no item tributos.

Antônio M. Barros
Eng. Civil
CREA - BA 92326/D

COMPOSIÇÕES CRIADAS

PROPRIETÁRIO:
PREFEITURA MUNICIPAL DE TEODORO SAMPAIO/BA
TÍTULO DO PROJETO:
Implantação de MSD no município de Teodoro Sampaio/BA
BDI ADOTADO: BASE DE PREÇOS:
22.45% SINAPI/BA - Jan/2019 - Sem desoneração

ÓRGÃO CONCEDENTE:
FUNASA - CONVÊNIO Nº 145/17 / SICONV 848231/2017

ENC. SOCIAIS: MENS. 72,82% E HOR. 116,85%
DATA: 07/06/2019
REVISÃO: 00

CÓDIGO	FONTE	ITEM	DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS	UNID.	COEF.	CUSTO		
						UNITÁRIO	TOTAL	
COMP 001			CAIXA DE PASSAGEM EM ALVENARIA DE TIJOLO MACIÇO 70X70X45M, REVESTIDA E=2,0CM, COM TAMPA PRÉ-MOLDADA DE CONCRETO E FUNDO DE CONCRETO 15MPA ESCAVACÃO E CONFECÇÃO	UN				
99059	SINAPI	1.0	LOCACAO CONVENCIONAL DE OBRA	M	2.8000	37.03	103.68	
93358	SINAPI	2.0	ESCAVACAO MANUAL	M3	0.2450	61.99	15.19	
87484	SINAPI	3.0	ALVENARIA	M2	1.0800	41.38	44.69	
87879	SINAPI	4.0	CHAPISCO EM ALVENARIA	M2	0.9000	2.98	2.68	
87530	SINAPI	5.0	REBOCO	M2	0.9000	28.72	25.85	
6171	SINAPI	6.0	TAMPA DE CONCRETO ARMADO	UN	1.0000	21.00	21.00	
94974	SINAPI	7.0	CONCRETO MAGRO	M3	0.0245	370.06	9.07	
TOTAL DE MÃO DE OBRA							R\$	-
TOTAL DE MATERIAL/EQUIPAMENTOS/OUTROS/COMPOSIÇÕES ACESSÓRIAS							R\$	222.16
VALOR TOTAL DA COMPOSIÇÃO UNITÁRIA							R\$	222.16
COMP 002			CAIXA DE GORDURA EM ALVENARIA DE TIJOLO MACIÇO 70X70X45M, REVESTIDA E=2,0CM, COM TAMPA PRÉ-MOLDADA DE CONCRETO E FUNDO DE CONCRETO 15MPA ESCAVACÃO E CONFECÇÃO	UN				
99059	SINAPI	1.0	LOCACAO CONVENCIONAL DE OBRA	M	2.8000	37.03	103.68	
93358	SINAPI	2.0	ESCAVACAO MANUAL	M3	0.2450	61.99	15.19	
87484	SINAPI	3.0	ALVENARIA	M2	1.0800	41.38	44.69	
87879	SINAPI	4.0	CHAPISCO EM ALVENARIA	M2	0.9000	2.98	2.68	
87530	SINAPI	5.0	REBOCO	M2	0.9000	28.72	25.85	
6171	SINAPI	6.0	TAMPA DE CONCRETO ARMADO	UN	1.0000	21.00	21.00	
94974	SINAPI	7.0	CONCRETO MAGRO	M3	0.0245	370.06	9.07	
TOTAL DE MÃO DE OBRA							R\$	-
TOTAL DE MATERIAL/EQUIPAMENTOS/OUTROS/COMPOSIÇÕES ACESSÓRIAS							R\$	222.16
VALOR TOTAL DA COMPOSIÇÃO UNITÁRIA							R\$	222.16
COMP 003			FOSSA EM ALVENARIA DE TIJOLO MACIÇO 1,80X0,90X2,20M, REVESTIDA E=2,0CM, COM TAMPA PRÉ-MOLDADA DE CONCRETO E FUNDO DE CONCRETO 15MPA, INCLUSO ESCAVACÃO E CONFECÇÃO	UN				
99059	SINAPI	1.0	LOCACAO CONVENCIONAL DE OBRA	M	5.4000	37.03	199.96	
93358	SINAPI	2.0	ESCAVACAO MANUAL	M3	7.2930	61.99	452.09	
87484	SINAPI	3.0	ALVENARIA	M2	11.8800	41.38	491.59	
87879	SINAPI	4.0	CHAPISCO EM ALVENARIA	M2	11.8800	2.98	35.40	
87530	SINAPI	5.0	REBOCO	M2	11.8800	28.72	341.19	
6171	SINAPI	6.0	TAMPA DE CONCRETO ARMADO	UN	1.0000	21.00	21.00	
94974	SINAPI	7.0	CONCRETO MAGRO	M3	0.2002	370.06	74.09	
74202/002	SINAPI	8.0	LAJE	M2	2.8600	63.66	182.07	
89848	SINAPI	9.0	TUBO DE ESGOTO 100MM	M	4.5000	20.78	93.51	
89796	SINAPI	10.0	TE DE ESGOTO 100MM	UN	2.0000	27.50	55.00	
TOTAL DE MÃO DE OBRA							R\$	-
TOTAL DE MATERIAL/EQUIPAMENTOS/OUTROS/COMPOSIÇÕES ACESSÓRIAS							R\$	1.945.90
VALOR TOTAL DA COMPOSIÇÃO UNITÁRIA							R\$	1.945.90
COMP 004			SUMIDOURO EM ALVENARIA DE TIJOLO CERAMICO FURADO DIAMETRO, 1,50M E ALTURA 2,20M, COM TAMPA EM CONCRETO ARMADO DIAMETRO 1,80M E ESPESSURA 10CM, INCLUSO ESCAVACÃO E CONFECÇÃO	UN				
99059	SINAPI	1.0	LOCACAO CONVENCIONAL DE OBRA	M	4.7100	37.03	174.41	
93358	SINAPI	2.0	ESCAVACAO MANUAL	M3	4.4234	61.99	274.20	
87484	SINAPI	3.0	ALVENARIA	M2	10.3673	41.38	429.00	
6171	SINAPI	4.0	TAMPA DE CONCRETO ARMADO	UN	1.0000	21.00	21.00	
73902/001	SINAPI	5.0	LASTRO DE BRITA	M3	0.5301	103.35	54.79	
74202/002	SINAPI	6.0	LAJE	M2	2.0106	63.66	128.00	
89848	SINAPI	7.0	TUBO DE ESGOTO 100MM	M	3.0000	20.78	62.34	
89744	SINAPI	8.0	JOELHO DE ESGOTO 100MM	UN	1.0000	17.32	17.32	
TOTAL DE MÃO DE OBRA							R\$	-
TOTAL DE MATERIAL/EQUIPAMENTOS/OUTROS/COMPOSIÇÕES ACESSÓRIAS							R\$	1.161.06
VALOR TOTAL DA COMPOSIÇÃO UNITÁRIA							R\$	1.161.06
COMP 005			VASO SANITARIO SIFONADO EM LOUÇA BRANCA, COM CAIXA ACOPLADA, ASSENTO E ACESSÓRIOS DE LIGAÇÃO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	UN				
86931	SINAPI	1.0	VASO SANITARIO SIFONADO COM CAIXA ACOPLADA LOUÇA BRANCA, INCLUSO ENGATE FLEXIVEL EM PLÁSTICO BRANCO	UN	1.0000	318.33	318.33	
377	SINAPI	2.0	ASSENTO SANITARIO DE PLASTICO	UN	1.0000	26.72	26.72	
TOTAL DE MÃO DE OBRA							R\$	-
TOTAL DE MATERIAL/EQUIPAMENTOS/OUTROS/COMPOSIÇÕES ACESSÓRIAS							R\$	345.05
VALOR TOTAL DA COMPOSIÇÃO UNITÁRIA							R\$	345.05


 Antonio C. Barros
 Eng. Civil
 CREA/BA 92328/D



Ministério da Saúde
Fundação Nacional de Saúde

CONVÊNIO FUNASA Nº 00145/2017, QUE ENTRE SI CELEBRAM A FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE – FUNASA E O(A) MUNICÍPIO DE TEODORO SAMPAIO / BA VISANDO IMPLANTAÇÃO DE MELHORIAS SANITÁRIAS DOMICILIARES.

A **FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE – FUNASA**, criada pela Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, com Estatuto aprovado pelo Decreto nº 8.867, de 14 de julho de 2016, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, sob o nº 26.989.350/0001-16, com sede no Setor de Autarquias Sul – SAUS, Quadra 4, Bloco "N", em Brasília/DF, doravante denominada **CONCEDENTE**, neste ato representada por seu Presidente, **RODRIGO SÉRGIO DIAS**, nomeado pela Portaria n.º 404, de 24 de abril de 2017, da Casa Civil da Presidência da República, Diário Oficial da União, Edição Extra nº 77- A, seção 2, portador da Carteira de Identidade nº 39561246-9, expedida pela SSP/SP e do CPF/MF nº 225.510.368-01, e o(a) **MUNICÍPIO DE TEODORO SAMPAIO / BA** com sede no(a) **Rua Dr. Otaviano de Araújo, 44 - Centro. TEODORO SAMPAIO - BA. CEP: 44280-000**, **TEODORO SAMPAIO / BA**, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, sob o nº 13.824.248/0001-19, doravante denominado(a) **CONVENENTE**, neste ato representado por seu(sua) dirigente, **JOSE ALVES DA CRUZ**, portador(a) do CPF/MF nº **11809680506**, residente e domiciliado(a) no(a) **Rua Dr. Otaviano de Araújo, 44 - Centro. TEODORO SAMPAIO - BA. CEP: 44280-000**, resolvem celebrar o presente Convênio relativo à ação de saúde, registrado no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV sob o nº **848231/2017** regendo-se pelo disposto na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000; na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, no que couber; Lei nº 10.180, de 06 de fevereiro de 2001; na Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, regulamentada pelo Decreto nº 7.217, de 21 de junho de 2010; na Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, regulamentada pelo Decreto nº 7.404, de 23 de dezembro de 2010, quando aplicável; na Lei nº 13.249, de 13 de janeiro de 2016 (PPA 2016-2019); na Lei nº 13408, de 26 de dezembro de 2016 (LDO 2017); na Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017 (LOA 2017); no Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986; no Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, regulamentado pela Portaria Interministerial MP/MF/CGU nº 424 de 30 de dezembro de 2016; na Portaria FUNASA nº 979, de 14 de julho de 2017 e, no que couber, nas Portarias FUNASA nºs 919/2017, 1366/2017, 973/2017, 1365/2017, 1035/2017 e 1386/2017, exceto nos casos de recursos oriundos de Emenda Parlamentar; e consoante o Processo nº **25100.008755/2017-10**, mediante as disposições expressas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constitui objeto do presente convênio **Implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares**, conforme as especificações constantes do Plano de Trabalho Aprovado, parte integrante deste Instrumento independentemente de transcrição e a legislação em vigor.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES E COMPETÊNCIAS DOS PARTICIPES

São obrigações dos partícipes na execução deste convênio:

I. Da Concedente:

- a. monitorar e acompanhar a conformidade física e financeira durante a execução do ajuste, além de avaliar a execução física e os resultados; (art. 6º I, “a”, PI 424/2016)
- b. promover a operacionalização da execução dos programas, projetos e atividades, mediante a divulgação de atos normativos e orientações ao(à) conveniente, bem como a análise e aceitação da documentação técnica institucional e jurídica, inclusive do projeto básico/termo de referência; (art. 6º, II, “a e b”, PI 424/2016)
- c. acompanhar, avaliar e aferir a execução do objeto pactuado, assim como verificar a regular aplicação das parcelas de recursos, condicionando sua liberação ao cumprimento de metas previamente estabelecidas; (art. 6º II, “f”, PI 424/2016)
- d. indicar servidor para acompanhamento e monitoramento da execução do presente convênio, ao qual caberá emitir parecer conclusivo acerca da prestação de contas e da realização do objeto pactuado; (art. 55, PI 424/2016)
- e. dispor de condições e de estrutura para o acompanhamento e verificação da execução do objeto e o cumprimento dos prazos relativos à prestação de contas; (art. 27, XXXI, PI 424/2016)
- f. garantir a disponibilidade de equipe técnica para a avaliação de projetos básicos das obras, seus dimensionamentos, o cálculo dos quantitativos dos serviços e análises da adequação dos orçamentos das metas descritas no plano de trabalho; (art. 9º, § 9º, I, PI 424/2016)
- g. garantir disponibilidade de equipe técnica para que seja realizado, de forma regular, o acompanhamento das obras e serviços de engenharia, inclusive com visitas ao local; (art. 9º, § 9º, II, PI 424/2016)
- h. dispor de estrutura física e de pessoal adequada para a realização da conformidade financeira e da análise das prestações de contas final no prazo estabelecido por esta Portaria. (art. 9º, § 9º, III, PI 424/2016)
- i. verificar a realização do procedimento licitatório pelo (a) conveniente, atendo-se à documentação no que tange: à contemporaneidade do certame; aos preços do licitante vencedor e sua compatibilidade com os preços de referência; e ao respectivo enquadramento do objeto conveniado com o efetivamente licitado; e, ao fornecimento pelo conveniente de declaração expressa firmada por representante legal do órgão ou entidade conveniente, ou registro no SICONV que a substitua, atestando o atendimento às disposições legais aplicáveis; (art. 6º, II, “d”, PI 424/2016)
- j. verificar a existência de Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, quando se tratar de obras e serviços de engenharia; (art. 6º, § 5º, PI 424/2016)
- k. promover a execução orçamentária e financeira necessária ao convênio, providenciando os devidos registros nos sistemas da União, obedecendo ao plano de trabalho aprovado;
- l. incluir em suas propostas orçamentárias dos exercícios seguintes a dotação necessária à execução do instrumento; (art. 10, parágrafo único, PI 424/2016)
- m. dar ciência aos órgãos de controle ao tomar conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, e, havendo fundada suspeita de crime ou de improbidade administrativa, cientificar os Ministérios Públicos Federal e Estadual e a Advocacia-Geral da União; (art. 6º § 7º, PI 424/2016)
- n. solicitar junto à instituição financeira albergante da conta corrente específica, a transferência dos recursos financeiros por ela repassados, bem como os seus rendimentos, para a conta única da União, caso os recursos não sejam utilizados no objeto da transferência pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias; (art. 41, § 7º PI 424/2016)

- o. notificar o conveniente previamente à inscrição como inadimplente no SICONV, quando detectadas impropriedades ou irregularidades no acompanhamento da execução do objeto do instrumento, devendo ser incluída no aviso a respectiva Secretaria da Fazenda ou secretaria similar e o Poder Legislativo do órgão responsável pelo instrumento. (art. 27, XXXV, PI 424/2016)
- II. Do (a) Conveniente:
- a. executar e fiscalizar os trabalhos necessários à consecução do objeto, observando prazos e custos, designando profissional habilitado com a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, quando for o caso; (art. 7º, IV, PI 424/2016)
 - b. elaborar os projetos técnicos relacionados ao objeto pactuado, de acordo com os normativos do programa, bem como apresentar documentos de titularidade dominial da área de intervenção, licenças e aprovações de projetos emitidos pelo órgão ambiental competente, da esfera municipal, estadual, distrital ou federal e concessionárias de serviços públicos, conforme o caso, nos termos da legislação aplicável; (art. 7º, III, PI 424/2016)
 - c. comprovar o pleno exercício dos poderes inerentes à propriedade do imóvel, nos termos do Art. 23, IV, da Portaria Interministerial nº MP/MF/CGU nº 424/2016, observada a exceção disposta na Portaria Funasa nº 722, de 20 de setembro de 2016;
 - d. assegurar, na sua integralidade, a qualidade técnica dos projetos e da execução dos produtos e serviços conveniados, em conformidade com as normas brasileiras e os normativos dos programas, ações e atividades, determinando a correção de vícios que possam comprometer a fruição do benefício pela população, quando detectados pela concedente ou pelos órgãos de controle; (art. 7º, V, PI 424/2016)
 - e. incluir nas placas e adesivos indicativos das obras, quando o objeto do convênio se referir à execução de obras de engenharia, informação sobre canal para o registro de denúncias, reclamações e elogios, conforme previsto no 'Manual de Uso da Marca do Governo Federal - Obras' da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República; (art. 7º, XX PI 424/2016)
 - f. realizar, sob sua inteira responsabilidade, o processo licitatório nos termos da Lei nº 8.666/1993 e demais normas pertinentes à matéria, assegurando a suficiência do Projeto Básico/Termo de Referência, da planilha orçamentária discriminativa do percentual de Bonificação e Despesas Indiretas – BDI utilizado e o respectivo detalhamento de sua composição, por item de orçamento ou conjunto deles, a disponibilidade de contrapartida, quando for o caso, sempre que optar pela execução indireta de obras e serviços, bem como observar as normas do Decreto nº 7.983/2013, no que tange às obras e serviços de engenharia, bem como observar o disposto no capítulo V, do Título II, da Portaria Interministerial nº 424/2016, referente à composição de preços; (art. 7º, VIII, PI 424/2016)
 - g. prever no edital de licitação e no Contrato Administrativo de Execução ou Fornecimento – CTEF que a responsabilidade pela qualidade das obras, materiais e serviços executados/fornecidos é da empresa contratada para esta finalidade, inclusive a promoção de readequações, sempre que detectadas impropriedades que possam comprometer a consecução do objeto conveniado; (art. 7º, XV, PI 424/2016)
 - h. registrar no SICONV o extrato do edital de licitação, o preço estimado pela Administração para a execução do serviço e a proposta de preço total ofertada por cada licitante com o seu respectivo CNPJ, o termo de homologação e adjudicação, o extrato do CTEF e seus respectivos aditivos, a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART dos projetos, dos executores e da fiscalização de obras, além dos boletins de medições; (art. 7º, XVIII, PI 424/2016)
 - i. fornecer à concedente, a qualquer tempo, informações sobre as ações desenvolvidas para viabilizar o acompanhamento, monitoramento e avaliação do processo; (art. 7º, XIV, PI 424/2016)

- j. exercer, na qualidade de contratante, a fiscalização sobre o Contrato Administrativo de Execução ou Fornecimento – CTEF; (art. 7º, IX, PI 424/2016);
- k. assumir responsabilidade solidária com os entes consorciados, nos instrumentos que envolvam consórcio público; (art. 11 c/com art. 27, XXVI, PI 424/2016)
- l. incluir em suas respectivas peças orçamentárias, os recursos previstos neste Instrumento para repasse, nos termos do art. 35 da Lei nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001; (art. 1º, § 6º, PI 424/2016)
- m. selecionar as áreas de intervenção e os beneficiários finais em conformidade com as diretrizes estabelecidas pela concedente, podendo estabelecer outras que busquem refletir situações de vulnerabilidade econômica e social, informando à concedente sempre que houver alterações; (art. 7º, VI, PI 424/2016)
- n. estimular a participação dos beneficiários finais na elaboração e implementação do objeto do convênio, bem como na manutenção do patrimônio gerado por estes investimentos; (art. 7º, X, PI 424/2016)
- o. dar ciência aos órgãos de controle, ao tomar conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade e, havendo fundada suspeita de crime ou de improbidade administrativa, cientificar os Ministérios Público Federal e Estadual e a Advocacia-Geral de União; (art. 7º, §3º da PI 424/2016)
- p. instaurar processo administrativo apuratório, inclusive processo administrativo disciplinar, quando constatado o desvio ou malversação de recursos públicos, irregularidade na execução do contrato ou gestão financeira do convênio, comunicando tal fato à concedente; (art. 7º, XVII, PI 424/2016)
- q. informar à concedente da celebração de outra parceria que promova ação complementar à execução do objeto deste convênio, apresentando cópia do instrumento e do plano de trabalho, no prazo de 10 (dez) dias, a contar da nova celebração; e
- r. operar, manter e conservar adequadamente o patrimônio público gerado pelos investimentos decorrentes do convênio, após sua conclusão; (art. 7º, XII, PI 424/2016)

Parágrafo Primeiro. O descumprimento de quaisquer das obrigações dispostas na presente Cláusula acarretará ao (à) conveniente a prestação de esclarecimentos perante a concedente no prazo de 30 (trinta) dias prorrogáveis por igual período, sem prejuízo de eventuais sanções, dentre elas a inscrição no CADIN, exceto no caso de convênio originado de emendas parlamentares individuais. (art. 7º, § 1º c/com art. 9º §2º, PI 424/2016)

Parágrafo Segundo. Prestados os esclarecimentos de que trata o parágrafo anterior, a concedente, aceitando-os, fará constar nos autos do processo a justificativa prestada e dará ciência ao Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União – CGU. (art. 7º, § 2º, PI 424/2016)

Parágrafo Terceiro. A execução do objeto definido neste ajuste, no caso do conveniente ser ente público, poderá recair sobre unidade executora específica, desde que: (art. 27, VIII, PI 424/2016)

- I. haja previsão no plano de trabalho aprovado;
- II. a unidade executora pertença ou esteja vinculada ao ente da federação do conveniente;
- III. a unidade executora atenda a todos os dispositivos desta Portaria que sejam aplicáveis ao conveniente, inclusive os requisitos de cadastramento e condições de celebração.

Parágrafo Quarto. O conveniente continuará responsável pela execução do instrumento, sendo que a unidade executora responderá solidariamente na relação estabelecida.

Parágrafo Quinto. Quando constatado o desvio ou malversação de recursos públicos, irregularidade na execução do contrato ou gestão financeira do instrumento, responderão solidariamente os titulares do conveniente e da unidade executora, na medida de seus atos, competências e atribuições.

Parágrafo Sexto. O conveniente responsabiliza-se pelo acompanhamento, fiscalização e prestação de contas quando o objeto do convênio recair sobre unidade executora específica. (art. 28, § 7º, I, PI 424/2016)

CLÁUSULA TERCEIRA – DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SANEAMENTO POR CONCESSIONÁRIO

Caso a execução do serviço de saneamento básico esteja delegada a concessionário, o conveniente deverá promover a alteração do contrato de concessão para conter as seguintes cláusulas:

I - nos casos em que o capital da concessionária não seja 100% público, no aditivo deve constar que:

- a. os bens resultantes da aplicação dos recursos federais não onerosos integrarão o patrimônio do ente federativo titular do serviço público;
- b. os investimentos realizados com recursos federais não onerosos: não compõem a base tarifária das concessionárias, a título de depreciação, amortização e exaustão; não gerem direito a indenização ao término da concessão; sejam registrados pelo ente federativo titular do serviço público e pela concessionária, em item patrimonial específico e, por fim, sejam excluídos do plano de investimentos da concessionária, com a correspondente compensação mediante substituição por investimentos da mesma monta ou dedução da base tarifária e
- c. deve ser promovido o reequilíbrio econômico-financeiro das concessões sempre que os investimentos realizados com recursos federais não onerosos propiciem aumento significativo do lucro da concessionária como resultado da ampliação de sua capacidade de atendimento;

II - nos casos em que o capital da concessionária seja 100% público, no aditivo deve constar que:

- a. os investimentos realizados com recursos federais não onerosos: não compõem a base tarifária das concessionárias, a título de depreciação, amortização e exaustão; não gerem direito a indenização ao término da concessão; sejam registrados pelo ente federativo titular do serviço público e pela concessionária, em item patrimonial específico e, por fim, sejam excluídos do plano de investimentos da concessionária, com a correspondente compensação mediante substituição por investimentos da mesma monta ou dedução da base tarifária e
- b. deve ser promovido o reequilíbrio econômico-financeiro das concessões sempre que os investimentos realizados com recursos federais não onerosos propiciem aumento significativo do lucro da concessionária como resultado da ampliação de sua capacidade de atendimento;

Parágrafo Primeiro. O concessionário deverá integrar o ajuste, comprometendo-se a anuir com as alterações mencionadas.

Parágrafo Segundo. A não apresentação do contrato de concessão alterado, assim como a não comprovação da integração dos bens ao patrimônio do Município, resultarão na rejeição das contas do convênio.

CLÁUSULA QUARTA – DAS VEDAÇÕES

É vedado ao (à) convenente:

- I. alterar o objeto do convênio, exceto no caso de pequenos ajustes ou adequações, que não resultem na descaracterização total ou parcial do objeto; (art. 6º, § 3º c/c; art. 1º XXX, PI 424/2016)
- II. reformular os projetos básicos das obras e serviços de engenharia aprovados pela concedente; (art. 6º, § 3º c/c; art. 1º XXX, PI 424/2016)
- III. aproveitar rendimentos, da conta vinculada ao convênio, para ampliação ou acréscimo de metas ao plano de trabalho pactuado; (art. 41, §12 PI 424/2016)
- IV. iniciar a execução de novos instrumentos, tendo outras parcerias apoiadas com recursos do Governo Federal sem execução financeira por prazo superior a 180 (cento e oitenta) dias; (art. 41, § 15º PI 424/2016)
- V. realizar despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar; (art. 38, I PI 424/2016)
- VI. pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público ativo ou inativo e pensionista, integrante de quadro de pessoal de órgão ou entidade pública da administração direta ou indireta da União, Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, por serviços de consultoria ou assistência técnica, salvo nas hipóteses previstas em leis específicas e na Lei de Diretrizes Orçamentárias; (art. 38, II PI 424/2016)
- VII. utilizar, ainda que em caráter emergencial, os recursos para finalidade diversa da estabelecida neste instrumento; (art. 38, III PI 424/2016)
- VIII. realizar despesa em data anterior à vigência deste convênio; (art. 38, IV PI 424/2016)
- IX. efetuar pagamento em data posterior à vigência do convênio, salvo se o fato gerador da despesa tenha ocorrido durante a vigência do instrumento pactuado; (art. 38, V PI 424/2016)
- X. realizar despesas com taxas bancárias, multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos, exceto, no que se refere às multas e aos juros, se decorrentes de atraso na transferência de recursos pela concedente, e desde que os prazos para pagamento e os percentuais sejam os mesmos aplicados no mercado; (art. 38, VI PI 424/2016)
- XI. transferir recursos para clubes, associações de servidores ou quaisquer entidades congêneres; (art. 38, VII PI 424/2016)
- XII. realizar despesas com publicidade, salvo a de caráter educativo, informativo ou de orientação social, da qual não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal e desde que previstas no plano de trabalho; (art. 38, VIII PI 424/2016)
- XIII. pagar, a qualquer título, a empresas privadas que tenham em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública, ou de sociedade de economia mista, do ente público celebrante, por serviços prestados, inclusive consultoria, assistência técnica ou assemelhados; (art. 38, IX PI 424/2016)
- XIV. delegar o serviço a concessionário com capital 100% privado em relação ao objeto do presente convênio, durante o período de vigência do ajuste, sendo que a desobediência a essa previsão ensejará sua extinção e a obrigatoriedade de devolução dos recursos transferidos;
- XV. celebrar qualquer instrumento com entidades impedidas de receber recursos federais;
- XVI. celebrar outro instrumento com o mesmo objeto deste, exceto quando se tratar de ações complementares, sendo que, quando a despesa for paga com recursos do instrumento e de outras fontes, o convenente deverá inserir no Siconv a memória de cálculo do rateio da despesa, sendo vedada a duplicidade ou a sobreposição de fontes de recursos no custeio de uma mesma parcela da despesa; (art. 38, §4º, PI 424/2016)
- XVII. aproveitar, quando o objeto envolver a execução de obras e serviços de engenharia, licitação que: (art. 9º, § 8º, PI 424/2016)

- XVIII. utilizar projeto de engenharia diferente daquele previamente aprovado e a realização de licitação em desacordo com o estabelecido no projeto básico ou termo de referência aprovado, sob pena de rescisão do instrumento pactuado;
- XIX. tenha sido publicada em data anterior ao aceite do projeto básico de engenharia pela concedente; e
- XX. repactuar metas e etapas quando o valor do convênio for inferior ao montante de R\$ 750.000,00 (setecentos e cinquenta mil reais).

CLÁUSULA QUINTA– DOS RECURSOS FINANCEIROS

A concedente, por força deste convênio, transferirá ao(à) conveniente recursos no valor total de **R\$ 369.769,00 (trezentos e sessenta e nove mil, setecentos e sessenta e nove reais)**, sendo que a despesa a seguir descrita correrá à conta de dotação orçamentária consignada na Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017 (LOA 2017), Unidade Orçamentária 36211, Unidade Gestora/Gestão 255000/36211.

Fonte	Programa de Trabalho	ND	Plano Interno	Nota de Empenho	Data de Emissão	Valor Empenhado
6188	10512206876520029	444042	Z12700003 17	2017NE800429	04/07/2017	R\$ 369.769,00

Parágrafo Primeiro. As despesas decorrentes da execução do presente convênio em exercício (s) subsequente (s), no que corresponde à concedente, desde que observadas as disposições da Lei nº 13.249, de 13 de janeiro de 2016 (PPA 2016-2019) e da Lei nº 13.408, de 26 de dezembro de 2016 (LDO 2017), correrão à conta de dotações orçamentárias dos respectivos exercícios financeiros, sendo objeto de apostilamento a indicação do respectivo crédito orçamentário e emissão de nota de empenho. (art. 27, VIII e XII e art. 10, PI 424/2016)

Parágrafo Segundo. Na hipótese de cancelamento de restos a pagar, o quantitativo das metas constantes no Plano de Trabalho poderá ser reduzido até a etapa que apresente funcionalidade, mediante aprovação da concedente. (art. 27, XXII, PI 424/2016)

CLÁUSULA SEXTA - DA CONTRAPARTIDA

O (a) conveniente se obriga a aplicar, na execução do objeto deste convênio recursos próprios no total de R\$ 1.000,00 (um mil reais) , a título de contrapartida financeira, conforme descrito no plano de trabalho. (art. 27, III, PI 424/2016)

Parágrafo Primeiro. A comprovação pelo proponente de que a contrapartida proposta está devidamente assegurada, deverá ocorrer previamente à celebração do instrumento, por meio da previsão orçamentária. (art. 18, §§ 2º e 3º, PI 424/2016)

Parágrafo Segundo. Os valores deverão ser depositados na conta bancária específica do convênio, em conformidade com os prazos estabelecidos no cronograma de desembolso podendo haver antecipação de parcelas, inteiras ou parte, a critério do conveniente. (art. 18, §5º, PI 424/2016)

Parágrafo Terceiro. As receitas oriundas dos rendimentos de aplicação no mercado financeiro não poderão ser computadas como contrapartida devida pelo conveniente. (art. 41, §13º, PI 424/2016)

CLÁUSULA SÉTIMA - DA CONTA BANCÁRIA ESPECÍFICA DO CONVÊNIO

A conta corrente específica será nomeada fazendo-se menção ao instrumento de celebração do convênio e estará registrada com o número de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica -CNPJ do órgão ou da entidade convenente. (art. 41, § 6º, PI 424/2016)

Parágrafo Primeiro. Os empenhos e a conta bancária deverão ser realizados ou registrados em nome do convenente. (art. 28, § 5º, PI 424/2016)

Parágrafo Segundo. O convenente declara estar ciente sobre a não sujeição ao sigilo bancário, quanto à União e respectivos órgãos de controle, por se tratar de recurso público.

Parágrafo Terceiro. O convenente deve manter e movimentar os recursos na conta bancária específica do instrumento em instituição financeira oficial, controlada pela União. (art. 27, XIII, PI 424/2016)

Parágrafo Quarto. A movimentação financeira na conta corrente específica do instrumento, deverá ocorrer por meio da funcionalidade do SICONV denominada Ordem Bancária de Transferências Voluntárias - OBTV, em observação ao disposto no parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 7.641, de 12 de dezembro de 2011. (art. 4º, §4º, PI 424/2016)

Parágrafo Quinto. Os recursos somente poderão ser utilizados para pagamento de despesas constantes do Plano de Trabalho ou para aplicação no mercado financeiro, nas hipóteses previstas em lei ou na Portaria Interministerial MP/MF/CGU nº 424/2016. (art. 52, PI 424/2016)

Parágrafo Sexto. Os recursos transferidos pela concedente, enquanto não empregados na sua finalidade, serão obrigatoriamente aplicados: (art. 27, XIII, PI 424/2016)

- I. em caderneta de poupança de instituição financeira pública federal, se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês; ou
- II. em fundo de aplicação financeira de curto prazo, ou em operação de mercado aberto lastreada em título da dívida pública federal, quando a utilização se verificar em prazos menores. (art. 116, §4º, Lei 8.666/93)

Parágrafo Sétimo. Os rendimentos das aplicações financeiras somente poderão ser aplicados no objeto deste convênio, observando-se a vedação contida no §12, do art.41, da PI 424/2016. Ficam sujeitos às mesmas condições de prestações de contas exigidas para os recursos transferidos, situação na qual deverão integrar o plano de trabalho aprovado.

CLÁUSULA OITAVA – DA APRESENTAÇÃO DO PROJETO BÁSICO/TERMO DE REFERÊNCIA

O projeto básico/termo de referência deverá ser apresentado no prazo improrrogável de até 18 (dezoito) meses, incluído em aba homônima no SICONV. (art. 21, §§ 2º e 3º, PI 424/2016)

Parágrafo Primeiro. O projeto básico/termo de referência que fora apresentado em momento anterior deve estar incluído na aba homônima no SICONV. (art. 21, §§2º e 3º, PI 424/2016)

Parágrafo Segundo. O projeto básico/termo de referência será apreciado pela concedente e, se aprovado, poderá ensejar a adequação do plano de trabalho. (art. 21, §4º, PI 424/2016)

Parágrafo Terceiro. Nos casos em que houver divergências de valores entre o plano de trabalho aprovado e o projeto básico/termo de referência aprovado, os partícipes deverão providenciar as alterações do plano de trabalho e do instrumento. (art. 21, §5º, PI 424/2016)

Parágrafo Quarto. Constatados vícios sanáveis no projeto básico/termo de referência, estes serão comunicados ao convenente, que disporá de prazo não superior a 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período, para saná-los. (art. 21, § 6º, PI 424/2016)

Parágrafo Quinto. Se o projeto básico/termo de referência não for entregue no prazo estabelecido ou receba parecer contrário à sua aprovação, proceder-se-á à extinção da proposta ou instrumento, caso este já tenha sido assinado. (art. 21, § 7º, PI 424/2016)

Parágrafo Sexto. O projeto básico/termo de referência deverá estar em conformidade com a Licença Ambiental Prévia, nos casos em que for exigido o licenciamento ambiental. (Acórdãos TCU nº 2708/2009 - Plenário e nº 723/2008 - Plenário)

Parágrafo Sétimo. Os documentos referentes à comprovação de licenciamento ambiental e da propriedade do terreno, quando exigíveis, poderão ser encaminhados no mesmo prazo estipulado para o projeto básico/termo de referência. A não apresentação ensejará a extinção do ajuste.

Parágrafo Oitavo. O proponente deverá apresentar plano de sustentabilidade do empreendimento a ser realizado ou do equipamento a ser adquirido, exceto nos casos em que ficar comprovada a desnecessidade de apresentação do referido plano. (art. 21, § 13º, PI 424/2016)

CLÁUSULA NONA – DO REGISTRO NO SICONV E NO SIGA

Os atos e os procedimentos relativos à formalização, execução, acompanhamento, prestação de contas e informações acerca de tomada de contas especial do convênio serão realizados no Sistema de Gestão de Convênios – SICONV, aberto à consulta pública, por meio do Portal dos Convênios. (art. 7º, XVI, PI 424/2016)

Parágrafo Primeiro. A concedente deverá realizar no SICONV os atos e os procedimentos relativos à formalização, execução, acompanhamento, prestação de contas e informações acerca de tomada de contas especial dos instrumentos, quando couber, ficando responsável pela veracidade das informações registradas. (art. 6º § 6º, PI 424/2016)

Parágrafo Segundo. O servidor indicado pelo convenente, responsável pelo acompanhamento e fiscalização do objeto, deverá assinar e carregar no SICONV o relatório de fiscalização referente a cada medição. (art. 7º, § 6º, PI 424/2016)

Parágrafo Terceiro. O convenente deve inserir, regularmente, as informações e documentos exigidos pela Portaria Interministerial MP/MF/CGU nº 424/2016, mantendo o cadastro do Convênio no SICONV atualizado, inclusive quanto à apresentação do (s) respectivo (s) projeto básico/termo de referência. (art. 27, X, PI 424/2016);

Parágrafo Quarto. O Convenente deve atualizar as informações prestadas no cadastramento até que sejam exauridas todas as obrigações referentes ao convênio.

Parágrafo Quinto. Os atos e procedimentos relativos à execução serão realizados no SICONV pelo convenente ou unidade executora, conforme definição no plano de trabalho.

Parágrafo Sexto. Os atos que, por sua natureza, não possam ser realizados no SICONV, serão nele registrados. (art. 4º, §1º, PI 424/2016)

Parágrafo Sétimo. Deverão ser efetuados os respectivos registros no Sistema Integrado de Gerenciamento de Ações da FUNASA – SIGA sempre que houver funcionalidade adequada disponível.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA PUBLICIDADE E DO CONTROLE SOCIAL

A eficácia deste convênio fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial da União, que será providenciada pela concedente, no prazo de 20 (vinte) dias a contar da data da sua assinatura da celebração. (art. 32, PI 424/2016)

Parágrafo Primeiro. Aos atos de celebração, alteração, liberação de recursos, acompanhamento e fiscalização da execução e a prestação de contas dos instrumentos será dada publicidade em sítio eletrônico específico denominado Portal dos Convênios. (art. 33, PI 424/2016)

Parágrafo Segundo. A concedente notificará, facultada a comunicação por meio eletrônico, no prazo de 10 (dez) dias, a celebração do Instrumento à Assembleia Legislativa, à Câmara Legislativa ou à Câmara Municipal do conveniente. Na hipótese de liberação de recursos, o prazo será de 2 (dois) dias úteis. (art. 34, PI 424/2016)

Parágrafo Terceiro. O conveniente deverá disponibilizar, em seu sítio oficial na internet ou mediante a inserção de link que possibilite acesso direto ao Portal de Convênios, na sua falta, em sua sede, em local de fácil visibilidade, consulta ao extrato do instrumento utilizado, contendo, pelo menos, o objeto, a finalidade, os valores e as datas de liberação e o detalhamento da aplicação dos recursos, bem como as contratações realizadas para a execução do objeto pactuado. (art. 40, PI 424/2016)

Parágrafo Quarto. O conveniente deverá manter um canal de comunicação efetivo, ao qual se dará ampla publicidade, para o recebimento pela União de manifestações dos cidadãos relacionadas ao convênio, possibilitando o registro de sugestões, elogios, solicitações, reclamações e denúncias. (art. 7º, XIX PI 424/2016)

Parágrafo Quinto. O conveniente deve divulgar em sítio eletrônico institucional as informações referentes a valores devolvidos, bem como a causa da devolução, nos casos de não execução total do objeto pactuado, extinção ou rescisão do instrumento. (art. 27, XXXIV, PI 424/2016)

Parágrafo Sexto. O conveniente, no caso dos entes municipais e do Distrito Federal, tem o dever de notificar os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede no município ou Distrito Federal, quando ocorrer a liberação de recursos financeiros pela concedente, como forma de incrementar o controle social, em conformidade com a Lei nº 9.452, de 1997, facultada a notificação por meio eletrônico. (art. 7º, XI, PI 424/2016)

Parágrafo Sétimo. O conveniente deverá dar ciência da celebração ao conselho local ou instância de controle social, se houver, formada por órgãos colegiados de caráter consultivo na formulação da política de saneamento básico, bem como no seu planejamento e avaliação. (art. 35, PI 424/2016)

Parágrafo Oitavo. Eventual publicidade de aquisições, serviços ou de quaisquer outros atos executados em função deste Convênio, ou que com ele tenham relação, deverá observar o disposto na Instrução Normativa SECOM-PR nº 7 de 19 de dezembro de 2014.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS LIBERAÇÕES DOS RECURSOS

O cronograma de desembolso previsto no plano de trabalho deverá estar em consonância com as metas e fases ou etapas de execução do objeto do instrumento. (art. 41, §1º, PI 424/2016)

Parágrafo Primeiro. Após a comprovação da homologação do processo licitatório pelo conveniente, o cronograma de desembolso deverá ser ajustado em observância ao grau de execução estabelecido no referido processo licitatório. (art. 41§ 2º, PI 424/2016)

Parágrafo Segundo. Fica vedado o adiantamento de parcelas nos casos de execução de obras e serviços de engenharia enquadrados no inciso III do art. 3º da PI 424/2016, ou seja, obras e serviços de engenharia com valores de repasse iguais ou superiores a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais). (art. 41, § 3º, PI 424/2016)

Parágrafo Terceiro. Para o recebimento de cada parcela dos recursos, o conveniente deverá:

- I. apresentar a licença ambiental de instalação ou de operação, ou manifestação acerca de sua dispensa, conforme o caso;
- II. comprovar o cumprimento da contrapartida pactuada, quando couber, que deverá ser depositada na conta específica deste Instrumento em conformidade com os prazos estabelecidos no cronograma de desembolso previsto no Plano de Trabalho; (art. 18, PI 424/2016)
- III. atender às exigências para a contratação e pagamento previstas nos arts. 43 a 52, da Portaria Interministerial MP/MF/CGU nº 424/2016, e na Portaria FUNASA nº 979, de 14 de julho de 2017; e
- IV. estar em situação regular com a execução do plano de trabalho, com execução de no mínimo 70% (setenta por cento) das parcelas liberadas anteriormente. Esta condição é aplicável ao recebimento das parcelas subsequentes à primeira. (art. 42, II, PI 424/2016)

Parágrafo Quarto. A liberação das parcelas do convênio será suspensa até a correção das impropriedades ocorridas, nos seguintes casos: (art. 67 c/c 66, PI 424/2016)

- I. quando não houver comprovação da boa e regular aplicação da parcela anteriormente recebida, constatada pela concedente ou pelos órgãos de controle interno do Poder Executivo Federal ou externo da União;
- II. quando verificados desvio de finalidade na aplicação dos recursos, atrasos não justificados no cumprimento das etapas e fases programadas ou práticas atentatórias aos princípios fundamentais da Administração Pública nas contratações ou em quaisquer dos demais atos praticados na execução do presente convênio e
- III. quando for descumprida, pelo conveniente, qualquer cláusula ou condição deste convênio.

Parágrafo Quinto. A qualquer tempo, quando detectada qualquer irregularidade na execução do convênio, os técnicos da concedente, mediante a emissão de parecer circunstanciado e aprovado pelo chefe de área, poderão solicitar a suspensão do repasse e ainda o bloqueio dos recursos do convênio, os quais serão liberados se sanadas as pendências. (art. 57, PI 424/2016)

Parágrafo Sexto. A concedente comunicará ao conveniente quaisquer irregularidades decorrentes do uso dos recursos ou outras pendências de ordem técnica, apurados durante a execução do instrumento, e suspenderá a liberação dos recursos, fixando prazo

de 45 (quarenta e cinco) dias para saneamento ou apresentação de informações e esclarecimentos, podendo ser prorrogado por igual período. (art. 57, PI 424/2016)

Parágrafo Sétimo. Recebidos os esclarecimentos e informações solicitados, a concedente, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, apreciará, decidirá e comunicará quanto à aceitação ou não das justificativas apresentadas e, se for o caso, realizará a apuração do dano ao erário. (art. 57, § 1º PI 424/2016)

Parágrafo Oitavo. Caso as justificativas não sejam acatadas, a concedente abrirá prazo de 45 (quarenta e cinco) dias para o conveniente regularizar a pendência e, havendo danos ao erário, deverá adotar as medidas necessárias ao respectivo ressarcimento. (art. 57, § 2º, PI 424/2016)

Parágrafo Nono. As comunicações elencadas nos parágrafos anteriores serão realizadas por meio de correspondência com aviso de recebimento - AR, devendo a notificação ser registrada no SICONV, e em ambos os casos com cópia para a respectiva Secretaria da Fazenda ou secretaria similar e para o Poder Legislativo do órgão responsável pelo instrumento. (art. 57, § 3º, PI 424/2016)

Parágrafo Décimo. É vedada a liberação de recursos para o conveniente que tiver instrumentos apoiados com recursos do Governo Federal sem execução financeira por prazo superior a 180 (cento e oitenta) dias. (art. 41, § 15º, PI 424/2016)

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO ACOMPANHAMENTO PELA FUNASA

A forma, a metodologia e os parâmetros de acompanhamento da execução física do objeto pactuado, disciplinados pela Portaria Interministerial nº 424, de 30 de dezembro de 2016, no âmbito das unidades da concedente, será realizado em conformidade com a Portaria Funasa nº 979, de 14 de julho de 2017 e com o Manual de Procedimentos para Execução de Convênios ou Termos de Compromisso e para Obras e Serviços de Engenharia Executados Direta ou Indiretamente pela Funasa.

Parágrafo Primeiro. Para o acompanhamento será indicado, no prazo de 10(dez) dias a partir da celebração, analista técnico, devidamente identificado no Sistema Integrado de Gerenciamento de Ações da Funasa - SIGA e Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse - SICONV, que, observadas as suas competências e atribuições, ficará encarregado pelo acompanhamento e adoção das medidas indispensáveis à viabilização da consecução do objeto.

Parágrafo Segundo. Ao analista caberá realizar visitas técnicas de acompanhamento, emitir relatórios e pareceres conclusivos acerca da realização do objeto pactuado, devendo nesse processo de acompanhamento aferir a execução do objeto e de suas metas, etapas e fases, verificando a compatibilidade entre estas e o efetivamente executado, em conformidade com o Plano de Trabalho aprovado.

Parágrafo Terceiro. Os responsáveis pelo acompanhamento poderão, no caso de identificação de irregularidades na execução física do Convênio, solicitar a suspensão ou bloqueio de recursos, em conformidade com o previsto no presente instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO PELO CONVENIENTE

A execução será acompanhada e fiscalizada de forma a garantir a regularidade dos atos praticados e a plena execução do objeto, respondendo o conveniente pelos danos causados a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do instrumento. (art. 53, PI 424/2016)

Parágrafo Primeiro. Os agentes que fizerem parte do ciclo de transferência de recursos são responsáveis, para todos os efeitos, pelos atos que praticarem no acompanhamento e fiscalização da execução do instrumento, não cabendo a responsabilização da concedente por inconformidades ou irregularidades praticadas pelos convenientes, salvo nos casos em que as falhas decorrerem de omissão de responsabilidade atribuída à concedente. (art. 53, § 1º, PI 424/2016)

Parágrafo Segundo. Os processos, documentos ou informações referentes à execução de instrumento não poderão ser sonegados aos servidores do órgão ou entidade pública concedente e dos órgãos de controle interno do Poder Executivo Federal e externo da União. (art. 53, § 2º, PI 424/2016)

Parágrafo Terceiro. Aquele que, por ação ou omissão, causar embaraço, constrangimento ou obstáculo à atuação do concedente e dos órgãos de controle interno e externo do Poder Executivo Federal, no desempenho de suas funções institucionais relativas ao acompanhamento e fiscalização dos recursos federais transferidos, ficará sujeito à responsabilização administrativa, civil e penal. (art. 53, § 3º, PI 424/2016)

Parágrafo Quarto. Quando o objeto do instrumento envolver a execução de obras e serviços de engenharia, a fiscalização pelo conveniente deverá: (art. 7º § 5º PI 424/2016)

- I. manter profissional ou equipe de fiscalização constituída de profissionais habilitados e com experiência necessária ao acompanhamento e controle das obras e serviços;
- II. apresentar à concedente declaração de capacidade técnica, indicando o servidor ou servidores que acompanharão a obra ou serviço de engenharia, bem como a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART da prestação de serviços de fiscalização a serem realizados;
- III. verificar se os materiais aplicados e os serviços realizados atendem os requisitos de qualidade estabelecidos pelas especificações técnicas dos projetos de engenharia aprovados;
- IV. apresentar declaração expressa firmada por representante legal do órgão ou entidade conveniente, ou registro no SICONV que a substitua, atestando o atendimento às disposições legais aplicáveis ao procedimento licitatório; (art. 7º, VIII, PI 424/2016)
- V. propiciar os meios e as condições necessárias para que os servidores da concedente, do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e do Tribunal de Contas da União tenham livre acesso aos documentos relativos à execução do Objeto deste Convênio, bem como aos locais de execução deste, prestando a esses, quando solicitadas, as informações pertinentes. (art. 27, XVI PI 424/2016)

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA CONTRATAÇÃO DE TERCEIROS

A execução física do objeto do presente convênio poderá ser efetuada diretamente pelo conveniente ou indiretamente, mediante licitação ou por meio de unidade executora.

Parágrafo Primeiro. O conveniente está obrigado a observar as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 17 de junho de 2002 e demais normas federais, estaduais e municipais pertinentes ao assunto, quando da contratação de terceiros: (art. 49, PI 424/2016)

- I. para aquisição de bens e serviços comuns, será obrigatório o uso da modalidade pregão, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, e do regulamento previsto no Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, sendo utilizada preferencialmente a sua forma eletrônica. (art. 49, § 1º, PI 424/2016)

- II. a inviabilidade da utilização do pregão na forma eletrônica deverá ser devidamente justificada pela autoridade competente do convenente. (art. 49, § 2º PI 424/2016)
- III. as atas e as informações sobre os participantes e respectivas propostas das licitações, bem como as informações referentes às dispensas e inexigibilidades, deverão ser registradas no SICONV. (art. 49, § 3º PI 424/2016)
- IV. a comprovação do cumprimento dos §§ 1º e 2º do art. 16 do Decreto nº 7.983, de 2013, será realizada mediante declaração do representante legal do órgão ou entidade responsável pela licitação, que deverá ser inserida no SICONV após a homologação da licitação. (art. 49, § 4º PI 424/2016)

Parágrafo Segundo. Deverá ainda ser observado o disposto na Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, e pelas normas estaduais, distritais ou municipais, nos casos em que a execução do objeto, conforme prevista no plano de trabalho, envolver parcerias com organizações da sociedade civil. (art. 51, PI 424/2016)

Parágrafo Terceiro. Os editais de licitação para consecução do objeto conveniado somente poderão ser publicados após a assinatura do respectivo convênio e aprovação do projeto técnico pela concedente, observando o valor máximo do convênio. (art. 50, PI 424/2016)

Parágrafo Quarto. A publicação do extrato do edital de licitação deverá ser feita no Diário Oficial da União, em atendimento ao art. 21, inciso I, da Lei nº 8.666, de 1993, sem prejuízo ao uso de outros veículos de publicidade usualmente utilizados pelo convenente.

Parágrafo Quinto. O convenente deverá inserir cláusula nos contratos celebrados para execução do instrumento que permitam o livre acesso dos servidores do órgão ou entidade pública concedente, bem como dos órgãos de controle, aos documentos e registros contábeis das empresas contratadas, na forma dos arts. 45 e 49 a 51 da PI 424/2016. (art. 27, XX, PI 424/2016)

Parágrafo Sexto. É vedada, na hipótese de aplicação de recursos federais a serem repassados mediante convênio, a participação em licitação ou a contratação de empresas que constem: (art. 44, PI 424/2016)

- I. no cadastro de empresas inidôneas do Tribunal de Contas da União, do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União;
- II. no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF como impedidas ou suspensas; ou
- III. no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, supervisionado pelo Conselho Nacional de Justiça.

Parágrafo Sétimo. O convenente deverá consultar a situação do fornecedor selecionado no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - Ceis, por meio de acesso ao Portal da Transparência na internet, antes de solicitar a prestação do serviço ou a entrega do bem. (art. 44, § único, PI 424/2016)

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS PAGAMENTOS A TERCEIROS

Os pagamentos à conta de recursos do Convênio estão sujeitos à identificação do beneficiário final da despesa, por CPF ou CNPJ. (art. 52, PI 424/2016)

Parágrafo Primeiro. Os atos referentes à movimentação e ao uso dos recursos a que se refere o caput deverão ser realizados por meio de Ordem Bancária de Transferências Voluntárias – OBTV, observando-se os seguintes preceitos: (art. 52, § 2º, PI 424/2016)

- I. movimentação mediante conta bancária específica para cada convênio;

- II. pagamentos realizados mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços, facultada a dispensa deste procedimento nos seguintes casos, em que o crédito poderá ser realizado em conta bancária de titularidade do próprio convenente, devendo ser registrado no SICONV o beneficiário final da despesa, por CPF ou CNPJ:
 - a. por ato do Presidente da Funasa;
 - b. na execução do objeto pelo convenente por regime direto;
 - c. no ressarcimento ao convenente por pagamentos realizados às próprias custas decorrentes de atrasos na liberação de recursos pela concedente e em valores além da contrapartida pactuada;
- III. transferência das informações relativas à movimentação da conta corrente específica, ao SIAFI e ao SICONV, em meio magnético, a ser providenciada pelas instituições financeiras.

Parágrafo Segundo. Antes da realização de cada pagamento, o convenente incluirá no SICONV, no mínimo, as seguintes informações (art. 52, §3º, PI 424/2016)

- I. a destinação do recurso;
- II. o nome e CNPJ ou CPF do fornecedor, quando for o caso;
- III. o contrato a que se refere o pagamento realizado;
- IV. a meta etapa ou fase do Plano de Trabalho relativa ao pagamento;
- V. a comprovação do recebimento definitivo do Objeto do convênio, mediante inclusão no Sistema das notas fiscais ou documentos contábeis.

Parágrafo Terceiro. As faturas, recibos, notas fiscais, observando, nestas, o seu prazo de validade, e quaisquer outros documentos comprobatórios de despesas deverão ser emitidos em nome do convenente, inclusive quando realizado por unidade executora, devidamente identificados com o número deste Convênio.

Parágrafo Quarto. O convenente deverá manter os documentos relacionados ao instrumento pelo prazo de 10 (dez) anos, contados da data em que foi apresentada a prestação de contas ou do decurso do prazo para a sua apresentação. (art.4º, §3º, PI 424/2016)

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA COMPROVAÇÃO DA EXECUÇÃO FINANCEIRA

A execução financeira será comprovada:

- I. nos casos de aquisição de bens, pela comprovação da realização da despesa, verificada pela quantidade parcial entregue, atestada e aferida; e (art. 41, § 9º PI 424/2016)
- II. nos casos de realização de serviços e obras, pela verificação da realização parcial com a medição correspondente atestada e aferida. (art. 41, § 9º PI 424/2016)

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA REVERSÃO DE VALORES CREDITADOS

O convenente autoriza a concedente a solicitar, junto à instituição financeira albergante da conta corrente específica, a transferência dos recursos financeiros por ele repassados, bem como os seus rendimentos, para a conta única da União, caso os recursos não sejam utilizados no objeto da transferência pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias e ainda, o resgate dos saldos remanescentes, nos casos em que não houver a devolução dos recursos no prazo previsto no art. 60 da portaria Interministerial nº 424/2016. (art. 27, XXIX, PI 424/2016)

Parágrafo Primeiro. Fica a instituição financeira desde já autorizada a devolver à concedente, a qualquer tempo, por ordem e determinação expressa desta, devidamente motivada, os valores que eventualmente forem repassados, desde que haja saldo suficiente na conta corrente beneficiária e receptora do crédito.

Parágrafo Segundo. Os valores referidos no parágrafo anterior deverão ser creditados na Conta Única do Tesouro Nacional, via Guia de Recolhimento da União – GRU, com o código identificador a ser informado pela concedente.

Parágrafo Terceiro. No caso de reversão dos valores por não execução financeira em prazo superior a 180 dias, observar-se-á o montante efetivamente transferido pela União e não utilizado na execução do objeto, acrescido dos rendimentos de sua aplicação financeira. (art. 41, §§7º e 10º, PI 424/2016)

Parágrafo Quarto. Para os instrumentos em que não tenha havido qualquer execução física, nem utilização dos recursos, o recolhimento à conta única do Tesouro deverá ocorrer sem a incidência dos juros de mora, sem prejuízo da restituição das receitas obtidas nas aplicações financeiras realizadas. (art. 59, §2º, PI 424/2016)

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A prestação de contas inicia-se concomitantemente com a liberação da primeira parcela dos recursos financeiros que deverá ser registrada pela concedente no SICONV. (art. 59, I, PI 424/2016)

Parágrafo Primeiro. O conveniente deverá prestar contas dos recursos recebidos no SICONV, de acordo com o estabelecido nos arts. 59 a 67 da Portaria Interministerial MP/MF/CGU nº 424/2016.

Parágrafo Segundo. Quando a prestação de contas não for encaminhada no prazo estabelecido, a concedente estabelecerá o prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias para sua apresentação. (art. 59, § 1º, PI 424/2016)

Parágrafo Terceiro. Se, ao término do prazo estabelecido, o conveniente não apresentar a prestação de contas nem devolver os recursos nos termos desta cláusula, a concedente registrará a inadimplência no SICONV por omissão do dever de prestar contas e comunicará o fato ao órgão de contabilidade analítica a que estiver vinculado, para fins de instauração de tomada de contas especial sob aquele argumento e adoção de outras medidas para reparação do dano ao erário, sob pena de responsabilização solidária. (art. 59, § 2º, PI 424/2016)

Parágrafo Quarto. O registro e a verificação da conformidade financeira, parte integrante do processo de prestação de contas, deverão ser realizados durante todo o período de execução do instrumento, conforme disposto no art. 56 da PI 424/2016.

Parágrafo Quinto. O prazo para apresentar a prestação de contas é de 60 (sessenta) dias após o encerramento da vigência do convênio, ou da conclusão da execução do objeto, o que ocorrer primeiro. (art. 27, XXIV e XXVII, c/c com art. 59, III e IV, PI 424/2016)

Parágrafo Sexto. A concedente deverá analisar a prestação de contas dos recursos aplicados na consecução do objeto deste convênio, no prazo de 1 ano e na forma fixada no art. 10, §8º, do Decreto nº 6.170/07 e no art. 64 da Portaria Interministerial MP/MF/CGU nº 424/2016.

Parágrafo Sétimo. A concedente notificará o (a) conveniente, quando não apresentada a prestação de contas dos recursos aplicados ou constatada a má aplicação dos recursos

públicos transferidos, e instaurando, se for o caso, a competente Tomada de Contas Especial. (art. 6º II, "h", PI 424/2016)

Parágrafo Oitavo. A análise da prestação de contas para avaliação do cumprimento do objeto, será feita no encerramento do instrumento, cabendo este procedimento à concedente com base nas informações contidas nos documentos relacionados nesta cláusula. (art. 62, § 2º PI 424/2016)

Parágrafo Nono. A conformidade financeira deverá ser realizada durante todo o período de vigência do instrumento, devendo constar do parecer final de análise da prestação de contas somente impropriedades ou irregularidades não sanadas até a finalização do documento conclusivo. (art. 62, §3º, PI 424/2016)

Parágrafo Décimo. O Relatório de Cumprimento do objeto deverá conter os subsídios necessários para a avaliação e manifestação do gestor quanto a efetiva conclusão do objeto pactuado. (art. 62, §4º, PI 424/2016)

Parágrafo Décimo Primeiro. A análise da prestação de contas, além do ateste da conclusão da execução física do objeto, conterà os apontamentos relativos à execução financeira não sanados durante o período de vigência do instrumento. (art. 62, § 5º, PI 424/2016)

Parágrafo Décimo Segundo. A autoridade competente da concedente terá o prazo de 1 (um) ano, contado da data do recebimento, podendo este prazo ser prorrogado por igual período desde que justificado, para analisar a prestação de contas do instrumento, com fundamento nos pareceres técnico e financeiro expedidos pelas áreas competentes, de acordo com o §8º do art. 10 do Decreto nº 6.170/2007, com a redação dada pelo Decreto nº 8.244, de 2014. (art. 64, e § 1º, PI 424/2016)

Parágrafo Décimo Terceiro. Findo o prazo do parágrafo anterior considerada eventual prorrogação, a ausência de decisão sobre a aprovação da prestação de contas pela concedente poderá resultar no registro de restrição contábil do órgão ou entidade pública referente ao exercício em que ocorreu o fato. (art. 64, § 2º, PI 424/2016)

Parágrafo Décimo Quarto. A prestação de contas será composta, além dos documentos e informações apresentadas pelo convenente no SICONV, dos seguintes documentos: (art. 62, PI 424/2016)

- I. Relatório de Cumprimento do Objeto;
- II. Declaração de realização dos objetivos a que se proponha o Instrumento;
- III. Comprovante de recolhimento do saldo de recursos, quando houver;
- IV. Termo de compromisso por meio do qual o convenente se obriga a manter os documentos relacionados ao convênio pelo prazo mínimo de 10 (dez) anos, contados da data em que foi apresentada a prestação de contas ou do decurso do prazo para a sua apresentação;
- V. Relação de bens adquiridos, produzidos ou construídos, quando for o caso;
- VI. A relação de treinados ou capacitados, quando for o caso;
- VII. A relação dos serviços prestados, quando for o caso;
- VIII. Cópias dos despachos de adjudicação e de homologação das licitações realizadas ou cópias dos despachos de autorização e ratificação das dispensas e/ou inexigibilidade de licitação, com o respectivo embasamento legal, quando se aplicar;
- IX. Notas e comprovantes fiscais, quanto aos seguintes aspectos: data do documento, compatibilidade entre o emissor e os pagamentos registrados no SICONV, valor, aposição de dados do convenente, programa e número do convênio;

- X. Relatório de prestação de contas aprovado e registrado no SICONV pelo conveniente;

Parágrafo Décimo Quinto. Objetivando a complementação dos elementos necessários à análise da prestação de contas do convênio, poderá ser utilizado subsidiariamente pela concedente, relatórios, boletins de verificação ou outros documentos produzidos pelo Ministério Público ou pela Corte de Contas, durante as atividades regulares de suas funções. (art. 62, § 6º, PI 424/2016)

Parágrafo Décimo Sexto. A manifestação conclusiva da análise da prestação de contas deverá ser registrada no SICONV, podendo resultar em: (art. 64, § 2º, PI 424/2016)

- I. aprovação, cabendo à concedente prestar declaração expressa de que os recursos transferidos tiveram boa e regular aplicação;
- II. aprovação com ressalvas, quando evidenciadas impropriedade ou outra falta de natureza formal de que não resulte danos ao Erário;
- III. rejeição, com a determinação de imediata instauração de Tomada de Contas Especial.

Parágrafo Décimo Sétimo. A Prestação de Contas está sujeita também às seguintes disposições:

- I. cabe ao representante legal da entidade sem fins lucrativos, ao Prefeito e ao Governador sucessor prestar contas dos recursos provenientes de instrumentos firmados pelos seus antecessores; (§ 4º art. 59, PI 424/2016)
- II. na impossibilidade de atender ao disposto no parágrafo anterior, deverá ser apresentado ao concedente justificativas que demonstrem o impedimento de prestar contas e as medidas adotadas para o resguardo do patrimônio público; (§ 5º art. 59, PI 424/2016)
- III. quando a impossibilidade de prestar contas decorrer de ação ou omissão do antecessor, o novo administrador solicitará ao concedente a instauração de tomada de contas especial; (§ 6º art. 59, PI 424/2016)
- IV. os documentos que contenham as justificativas e medidas adotadas serão inseridos no SICONV; (§ 7º art. 59, PI 424/2016)
- V. a concedente, no caso de convênios celebrados com entes públicos, ao ser comunicada das medidas adotadas pelo conveniente, suspenderá de imediato o registro da inadimplência, desde que o administrador seja outro que não o faltoso, e seja atendido o disposto nos incisos II, III e IV acima; (§ 8º art. 59, PI 424/2016)
- VI. o conveniente deverá ser notificado previamente sobre as irregularidades apontadas, via notificação eletrônica por meio do SICONV, devendo ser incluída no aviso a respectiva Secretaria da Fazenda ou secretaria similar; (§ 9º art. 59, c/c art. 27, XXXV, PI 424/2016)
- VII. a notificação prévia será feita por meio de carta registrada com aviso de recebimento (AR) com declaração de conteúdo, com cópia para a respectiva Secretaria da Fazenda ou secretaria similar, devendo a notificação ser registrada no SICONV; (§ 10º art. 59, PI 424/2016)
- VIII. o registro da inadimplência no SICONV só será efetivado 45 (quarenta e cinco) dias após a notificação prévia; (§ 11º art. 59, PI 424/2016)
- IX. a inscrição de inadimplência do respectivo instrumento no SICONV será fator restritivo a novas transferências de recursos financeiros oriundos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social da União mediante convênios, contratos de repasse e termos de cooperação, nos termos da alínea “b” do inciso, V, do art. 9º da Portaria Interministerial MP/MF/CGU nº 424/2016; (. art. 70, §3º, I, PI 424/2016)
- X. o ato de aprovação da prestação de contas deverá ser registrado no SICONV, cabendo à concedente prestar declaração expressa de que os recursos transferidos tiveram boa e regular aplicação; (§ 4º art. 64, PI 424/2016)

- XI. caso a prestação de contas não seja aprovada, exauridas todas as providências cabíveis para regularização da pendência ou reparação do dano, a autoridade competente, sob pena de responsabilização solidária, registrará o fato no SICONV e adotará as providências necessárias à instauração da Tomada de Contas Especial, com posterior encaminhamento do processo à unidade setorial de contabilidade a que estiver jurisdicionado para os devidos registros de sua competência; (§ 5º art. 64, PI 424/2016)

Parágrafo Décimo Oitavo. O conveniente deverá manter os documentos relacionados ao instrumento pelo prazo de 10 (dez) anos, contados da data em que foi apresentada a prestação de contas ou do decurso do prazo para a sua apresentação. (art. 4º §3º, PI 424/2016)

Parágrafo Décimo Nono. No caso de convênio celebrado com ente que tenha seus serviços de saneamento prestados por concessionário, a não apresentação do contrato de concessão alterado, assim como a não comprovação da integração dos bens ao patrimônio do Município, resultará na rejeição das contas do convênio. (Acórdão 347/2016-TCU - Plenário)

Parágrafo Vigésimo. Sendo evidenciados pelos órgãos de controle ou Ministério Público vícios insanáveis que impliquem nulidade da licitação realizada, a concedente deverá adotar as medidas administrativas necessárias à recomposição do erário no montante atualizado da parcela já aplicada, o que pode incluir a reversão da aprovação da prestação de contas e a instauração de Tomada de Contas Especial, independentemente da comunicação do fato ao Tribunal de Contas da União e ao Ministério Público. (art. 68, § 2º, PI 424/2016)

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA RESTITUIÇÃO DE RECURSOS

O conveniente se compromete a restituir os valores que lhe forem transferidos pela concedente, atualizados monetariamente, desde a data do recebimento, acrescidos de juros legais, na forma aplicável aos débitos para com a Fazenda Nacional, quando: (art. 27 XI, PI 424/2016)

- I. não for executado o objeto deste Convênio;
- II. não for apresentada, no prazo estipulado, a respectiva prestação de contas;
- III. os recursos forem utilizados em finalidade diversa da estabelecida neste convênio.

Parágrafo Primeiro. A utilização dos recursos em desconformidade com o pactuado no instrumento ensejará obrigação do conveniente devolvê-los devidamente atualizados, conforme exigido para a quitação de débitos para com a Fazenda Nacional, com base na variação da Taxa Referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC, acumulada mensalmente, até o último dia do mês anterior ao da devolução dos recursos, acrescido esse montante de 1% (um por cento) no mês de efetivação da devolução dos recursos à Conta Única do Tesouro. (§ 3º, art. 57, PI 424/2016)

Parágrafo Segundo. Para fins de efetivação da devolução dos recursos à União, a parcela de atualização referente à variação da SELIC será calculada proporcionalmente à quantidade de dias compreendida entre a data da liberação da parcela para o conveniente e a data de efetivo crédito, na conta única do Tesouro, do montante devido pelo conveniente. (§ 4º, art. 57, PI 424/2016)

Parágrafo Terceiro. Para os convênios em que não tenha havido qualquer execução física, nem utilização dos recursos, o recolhimento à Conta Única do Tesouro Nacional deverá ocorrer sem a incidência dos juros de mora. (art.59, § 2º PI 424/2016)

Parágrafo Quarto. Os saldos financeiros de recursos de repasse remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas nas aplicações financeiras realizadas, não utilizadas no objeto pactuado, serão devolvidos à Conta Única do Tesouro, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do instrumento, por meio da Guia de Recolhimento da União – GRU a crédito do Tesouro Nacional, sob pena da imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente do órgão ou entidade concedente. (art.60, c/c art. 27, XXVII, PI 424/2016)

Parágrafo Quinto. A devolução prevista no parágrafo anterior será realizada observando-se a proporcionalidade dos recursos transferidos e os da contrapartida previstos na celebração independentemente da época em que foram aportados pelas partes.

Parágrafo Sexto. Nos casos de descumprimento do prazo previsto no prazo de 30(trinta) dias, a concedente deverá solicitar a instituição financeira albergante da conta corrente específica da transferência, a devolução imediata, para a conta única do Tesouro Nacional, dos saldos remanescentes da conta corrente específica do instrumento.

Parágrafo Sétimo. Nos casos em que a devolução de recursos se der em função da não execução do objeto pactuado ou devido à extinção ou rescisão do instrumento, é obrigatória a divulgação em sítio eletrônico institucional, pelo concedente e conveniente, das informações referentes aos valores devolvidos e dos motivos que deram causa à referida devolução.

Parágrafo Oitavo. Na transferência à conta única da União, em relação aos recursos que não foram utilizados no objeto pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, observar-se-á o montante efetivamente transferido pela União e não utilizado na execução do objeto, acrescido dos rendimentos de sua aplicação financeira. (art. 41, § 10, PI 424/2016)

Parágrafo Nono. A inobservância das disposições desta Cláusula implica na instauração de tomada de contas especial.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DAS ALTERAÇÕES

Este termo de convênio poderá ser alterado mediante proposta, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada à concedente em, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do término de sua vigência, vedada a alteração do objeto aprovado. (art. 36, PI 424/2016)

Parágrafo Primeiro. A análise da solicitação de alteração deverá ser realizada pela área técnica da Funasa, observados os regramentos legais e a tempestividade, de forma que não haja prejuízo à execução do objeto pactuado. (art. 36, § 1º, PI 424/2016)

Parágrafo Segundo. Os ajustes realizados durante a execução do objeto integrarão o plano de trabalho, desde que submetidos e aprovados previamente pela autoridade competente. (art. 20, § 3º PI 424/2016)

Parágrafo Terceiro. Ficam vedadas as reformulações dos projetos básicos das obras e serviços de engenharia aprovados pela concedente. (art. 6, § 3º, PI 424/2016)

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA CONTINUIDADE

Na hipótese de paralisação ou de fato relevante que venha a ocorrer, fica facultado à concedente assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto deste convênio, de modo a evitar a descontinuidade das ações pactuadas, nos termos do art. 27, da Portaria Interministerial MP/MF/CGU nº 424/2016, sem prejuízo da apuração de responsabilidades por eventuais danos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DOS BENS REMANESCENTES

A titularidade dos bens remanescentes é do conveniente, salvo expressa disposição em contrário no instrumento celebrado. (art. 25, PI 424/2016)

Parágrafo Único. Ao conveniente compete contabilizar e guardar os bens remanescentes e manifestar o compromisso de utilização dos bens para assegurar a continuidade de programa governamental, devendo estar claras as regras e diretrizes de utilização a serem definidas pela concedente. (art. 27, XIV, PI 424/2016).

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – CLÁUSULA SUSPENSIVA

Os documentos necessários à celebração do convênio, exceto os elencados no Artigo 22 da Portaria Interministerial nº 424/2016, poderão ser apresentados, no prazo de até 18 (dezoito) meses, considerando o disposto na Portaria Funasa nº 1.474, de 14 de dezembro de 2017, como condição a ser cumprida pelo conveniente e, enquanto a condição não se verificar, não terá efeito a celebração pactuada. (art. 24, PI 424/2016)

Parágrafo Único. O prazo fixado para o cumprimento da condição, caso não obedecido, enseja a extinção do ajuste.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - DA DENÚNCIA, DA RESCISÃO E DA EXTINÇÃO

O presente convênio poderá ser denunciado a qualquer tempo, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e auferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença. (art. 27, XVII, c/com art. 68 PI 424/2016)

Parágrafo Primeiro. Constituem motivos para a rescisão do Convênio: (art. 69, PI 424/2016)

- I. o inadimplemento de qualquer das cláusulas pactuadas;
- II. constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção de informação em qualquer documento apresentado;
- III. a verificação de qualquer circunstância que enseje a instauração de tomada de contas especial.
- IV. a ocorrência da inexecução financeira.

Parágrafo Segundo. A rescisão do instrumento, quando resulte danos ao erário, enseja a instauração de tomada de contas especial, exceto se houver a devolução dos recursos devidamente corrigidos, sem prejuízo, no último caso, da continuidade da apuração, por medidas administrativas próprias, quando identificadas outras irregularidades decorrentes do ato praticado. (art. 69, parágrafo único, PI 424/2016)

Parágrafo Terceiro. O convênio será extinto no caso de não apresentação, nos prazos estipulados, do projeto básico/termo de referência, da licença ambiental e da comprovação de propriedade do imóvel, quando exigidos.

Parágrafo Quarto. Na hipótese de inexistência de execução financeira, após 180 (cento e oitenta) dias da liberação da primeira parcela ou 360 (trezentos e sessenta) dias sem a utilização dos recursos no objeto da transferência o instrumento deverá ser rescindido. (art. 41, §§ 7º, 8º e 18, PI 424/2016)

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

A vigência deste convênio é pelo prazo de **33 (trinta e três)** meses, iniciando na data de sua assinatura. (art. 27, V PI 424/2016).

Parágrafo Primeiro. A concedente prorrogará “de ofício” a vigência do presente convênio antes de seu término, prescindida de prévia análise pela sua área jurídica, quando der causa a atraso na liberação dos recursos, limitada a prorrogação ao exato período do atraso verificado. (art. 27, VI, c/com arts. 36, §2º e 37, PI 424/2016).

Parágrafo Segundo. A prorrogação do prazo poderá ser efetuada por Termo Aditivo Simplificado padronizado assinado apenas pela concedente, previamente analisado pelo órgão jurídico, considerando-se a solicitação do convenente, mediante ofício, no prazo de até 30 (trinta) dias antes do fim da vigência do ajuste, bastante para respaldar e assegurar a sua manifesta concordância, para todos os efeitos legais.

Parágrafo Terceiro. A alteração pretendida por intermédio de Termo Aditivo Simplificado, somente poderá ser realizada caso haja manifestação expressamente favorável da área técnica da concedente quanto à justificativa apresentada, à viabilidade da continuidade da execução do objeto e à suficiência do prazo requerido.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA– DO FORO

É competente para dirimir as questões e omissões deste convênio, que não possam ser resolvidas administrativamente, o foro da Justiça Federal – Seção Judiciária do Distrito Federal, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que sejam. (art. 27, XIX PI 424/2016)

E, por estarem de acordo, lavrou-se o presente instrumento, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para todos os fins de direito, as quais foram lidas e assinadas pelas partícipes.

Brasília-DF, _____ de dezembro de 2017.	
Pela CONCEDENTE	Pelo CONVENENTE

RODRIGO SÉRGIO DIAS
Presidente da FUNASA

JOSE ALVES DA CRUZ
Dirigente do MUNICIPIO DE TEODORO
SAMPAIO/ BA


Antonio Carlos Barros
 CREA BA 02328/D

CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO - MSD												
PROJETO: Implantação de MSD no município de Teodoro Sampaio/BA LOCAL: Teodoro Sampaio-BA/BA PROPOSTANTE: PREFEITURA MUN. DE TEODORO SAMPAIO-BA ÓRGÃO CONCEDENTE: FUNASA - CONVÊNIO Nº 145/17 / SICONV 448231/2017 DATA: 07/06/2019												
ITEM	DISCRIMINAÇÃO DO SERVIÇOS	%	RS Etapa	30 dias	60 dias	90 dias	120 dias	150 dias	180 dias	210 dias	240 dias	UND
2.1	SERVIÇOS INICIAIS	4,07%	623,60	3,00	3,00	3,00	3,00	4,00	4,00	4,00	3,10	
				1.870,80	1.870,80	1.870,80	1.870,80	2.494,40	2.494,40	2.494,40	1.870,80	
2.2	INFRAESTRUTURA	2,77%	424,11									
				1.272,33	1.272,33	1.272,33	1.272,33	1.696,44	1.696,44	1.696,44	1.272,33	
2.3	SUPERESTRUTURA	1,10%	168,45									
				505,35	505,35	505,35	505,35	673,80	673,80	673,80	505,35	
2.4	ALVENARIA DE VEDAÇÃO	5,72%	875,18									
				2.625,54	2.625,54	2.625,54	2.625,54	3.500,72	3.500,72	3.500,72	2.625,54	
2.5	COBERTURA E FORRO	1,65%	253,17									
				759,51	759,51	759,51	759,51	1.012,68	1.012,68	1.012,68	759,51	
2.6	PAVIMENTAÇÃO	2,64%	404,44									
				1.213,32	1.213,32	1.213,32	1.213,32	1.617,76	1.617,76	1.617,76	1.213,32	
2.7	REVESTIMENTO	11,37%	1.741,62									
				5.224,86	5.224,86	5.224,86	5.224,86	6.966,48	6.966,48	6.966,48	5.224,86	
2.8	LOUÇAS E ACESSÓRIOS	5,37%	822,17									
				2.466,51	2.466,51	2.466,51	2.466,51	3.288,68	3.288,68	3.288,68	2.466,51	
2.9	PINTURA	1,82%	279,00									
				837,00	837,00	837,00	837,00	1.116,00	1.116,00	1.116,00	837,00	
2.10	ESQUADRIAS	4,75%	727,58									
				2.182,74	2.182,74	2.182,74	2.182,74	2.910,32	2.910,32	2.910,32	2.182,74	
2.11	INSTALAÇÕES HIDROSANITÁRIAS	9,73%	1.490,16									
				4.470,48	4.470,48	4.470,48	4.470,48	5.960,64	5.960,64	5.960,64	4.470,48	
2.12	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS	1,04%	158,78									
				476,34	476,34	476,34	476,34	635,12	635,12	635,12	476,34	
2.13	LIMPEZA FINAL	0,11%	17,48									
				52,44	52,44	52,44	52,44	69,92	69,92	69,92	52,44	
3.0	RESERVATÓRIO ELEVADO	3,78%	578,81									
				1.736,43	1.736,43	1.736,43	1.736,43	2.315,24	2.315,24	2.315,24	1.736,43	
4.0	PIA DE COZINHA	4,46%	687,16									
				2.061,48	2.061,48	2.061,48	2.061,48	2.748,64	2.748,64	2.748,64	2.061,48	
5.0	TANQUE DE LAVAR ROUPAS	4,02%	615,18									
				1.845,54	1.845,54	1.845,54	1.845,54	2.460,72	2.460,72	2.460,72	1.845,54	
6.0	TANQUE SÉPTICO	15,56%	2.382,75									
				7.148,25	7.148,25	7.148,25	7.148,25	9.531,00	9.531,00	9.531,00	7.148,25	
7.0	SUMIDOURO	9,28%	1.421,72									
				4.265,16	4.265,16	4.265,16	4.265,16	5.686,88	5.686,88	5.686,88	4.265,16	
1.0	PLACA DE OBRA	10,72%	1.642,28									
				42.656,36	41.014,08	41.014,08	41.014,08	54.685,44	54.685,44	54.685,44	11.014,08	
SUB-TOTAL			100,00%	15.313,64	41.014,08	41.014,08	41.014,08	54.685,44	54.685,44	54.685,44	11.014,08	
VALOR UNITARIO POR CONJUNTO SANITARIO (RS)				13.671,36								
QUANTIDADE DE MODULOS (UND)				27,00								
TOTAL GERAL DO PROJETO (RS)				370.769,00								
PARCELAS / MES / ACUMULADAS (RS)				43.656,36	83.670,44	124.684,52	165.698,60	220.384,04	275.069,48	329.754,92	370.769,00	
PARCELAS / MES / ACUMULADAS (RS)				11,96%	22,57%	33,63%	44,69%	59,44%	74,19%	88,94%	100,00%	

Teodoro Sampaio

Sede do Município

Legenda

 Elemento 1



Google Earth

© 2018 Google
Image © 2019 CNES / Airbus
Image © 2019 Maxar Technologies


Antonio C. Barros
Eng. Civil
CREA 02322/D

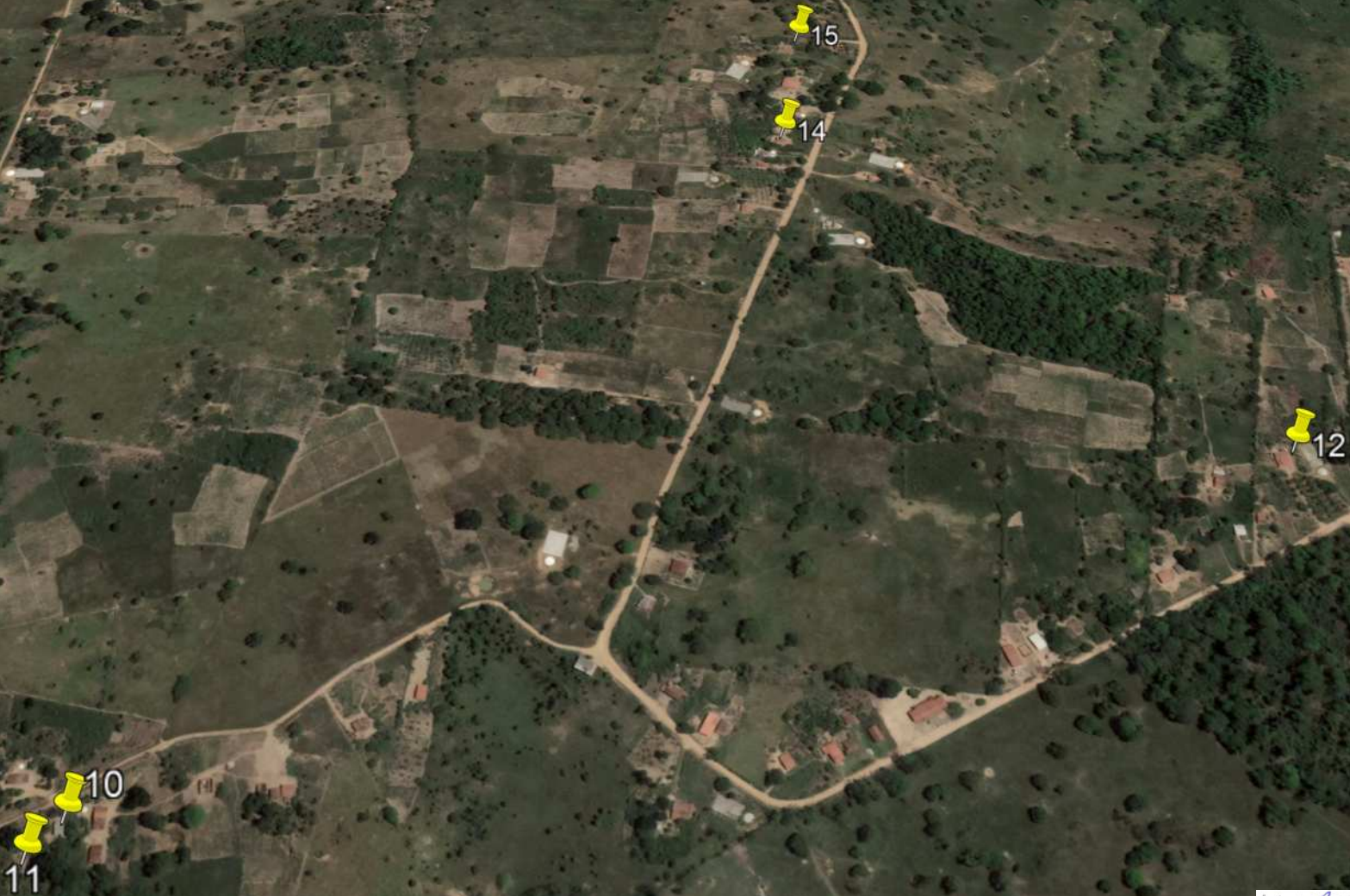
200 m

Teodoro Sampaio

Povoado da Canabrava

Legenda

 Elemento 1



Google Earth

© 2018 Google
Image © 2019 Maxar Technologies

Antonio C. Barros
Eng. Civil
CREA 038/232/D



300 m



I. MEMORIAL DESCRITIVO DO PROJETO

1 – Finalidade

Este Memorial Descritivo detalha a Unidade Sanitária Domiciliar, descrevendo sua estrutura funcional, como também a especificação técnica dos serviços a serem executados.

2 – Justificativa da seleção técnica adotada

Na sede do município, o sistema de abastecimento de água é administrado pela EMBASA e na maioria dos povoados e distritos a água é abastecida por poços artesianos ou pequenas barragens, tendo como entidade mantedora a Prefeitura ou Associação Comunitária em parceria com a Prefeitura. A distribuição é feita com rede de água diretamente nas casas. Na cidade, o lixo é coletado e transportado em caçamba e carros coletores, tendo o destino final o aterro sanitário, porém os custos são altos.

3 – Estrutura Funcional

A unidade projetada visa atender as necessidades de conforto hidrossanitárias do usuário, de forma compacta e integrada. Assim sendo, será implantado um conjunto sanitário, formado por bloco único, e que disponibiliza em sua parte interna um chuveiro, um vaso sanitário, com caixa de descarga, um lavatório e caixa sifonada. Externamente disponibilizará uma pia de cozinha e um tanque de lavar roupas (lavanderia).

Todo o sistema será abastecido por uma caixa de fibra ou polietileno com capacidade para 500 litros. Os dejetos e águas servidas serão conduzidos diretamente para um tanque séptico e posteriormente a sumidouro.

Tal medida proporciona menor risco de contaminação de lençol freático e conseqüentemente dificulta a disseminação de doenças de veiculação hídrica. Com esta estrutura implantada, pretende-se ofertar aos usuários mecanismos adequados para a melhoria dos hábitos higiênicos, o que refletirá notavelmente na diminuição de infecções e outros males de veiculação hídrica.

Antonio M. C. Barros
Eng. Civil
CREA BA 02228/D
1



4 – Especificações Técnicas

4.1 – Serviços Preliminares

Locação das obras: todas as locações serão executadas com auxílio de nível manual, piquetes de marcação, linhas e esquadros de modo a que fiquem perfeitamente determinados os pontos notáveis do projeto. As melhorias sanitárias domiciliares deverão ser localizadas observando-se sempre a topografia do terreno, de preferência em terreno secos, com afastamento mínimo de 15,00m em cota inferior a qualquer fonte de água, poços ou lençóis freáticos aflorantes.

Limpeza do terreno: estes serviços consistem em remover toda a vegetação existente, junta e queima da mesma, de forma a deixar a superfície pronta para os serviços posteriores. Será executada manualmente na área de implantação da construção.

Escavação: a escavação será feita de forma a não necessitar do reaterro.

4.2 – Infraestrutura

As fundações da unidade sanitária, do tanque de lavar roupa (lavanderia) e da pia de cozinha serão feitas com pedra calcária argamassada, traço 1:4 (cimento e areia).

4.3 – Pavimentação

Na unidade sanitária será feito um lastro de concreto simples, traço 1:3:6 (cimento, areia e brita), com a espessura de 05 cm seguida de regularização da área para a instalação de piso cerâmico, traço 1:4 (cimento e areia), com espessura de 04 cm. O piso cerâmico interno será composto por peças de 1ª qualidade, antiderrapante, com dimensões de 30x30cm na cor branca e PEI IV ou superior instalados com argamassa pré-fabricada e rejuntamento para áreas molhadas.

No tanque de lavar roupa (lavanderia) e na pia de cozinha será feita calçada em concreto simples de 5cm de espessura. O acabamento será desempolado.

Será executado um passeio de proteção na parte externa do banheiro com largura de 50 cm.

Antonio M. P. Barros
Eng. Civil
CREA-BA 92328/D



4.4 – Alvenaria de Vedação

Alvenarias de bloco cerâmico: será executado em blocos vazados com 6 ou 8 (seis ou oito) furos, de modo a que fiquem com espessura de 9 cm no osso, e assentados com argamassa de 1:2:4 (cimento, areia e arenoso). Todas as fiadas de blocos deverão estar perfeitamente alinhadas e aprumadas com juntas uniformes.

Elemento vazado de concreto: Combogó de argamassa ou cerâmica de 60 x 20 cm para iluminação e ventilação conforme projeto.

Cinta de amarração: Bloco canaleta de concreto, preenchida com 2 barras de aço 5/16 e concreto 20 Mpa. Será executada acima do bloco cerâmico.

4.5 – Revestimento de paredes

Chapisco: será aplicado em ambas as faces das alvenarias, de forma vigorosa, com espessura de 0,005m, a fim de apresentar uma superfície áspera para o suporte do revestimento posterior. Serão confeccionadas com argamassa no traço 1:4 (cimento e areia).

Reboco de paredes massa única: será utilizada argamassa no traço de 1:2:6 (cimento, areia e arenoso) para revestimentos internos e externos das alvenarias, com espessura de 02cm. Deverão ser observados os cuidados necessários para uma perfeita cobertura das alvenarias, de modo que sejam obtidas superfícies lisas, aprumadas e alinhadas, prontas para etapa de pintura.

Revestimento cerâmico: Deverão ser de 1ª qualidade, PEI III e com dimensões de 30x30cm. Serão aplicados nas paredes dos banheiros até 1,80m e nas paredes da lavanderia e da pia em faixa de 30cm, conforme projeto.

4.6 – Cobertura

Estrutura de madeira: será utilizada madeira de lei para a estruturação da cobertura.

Telhamento: será executada com a utilização de telhas de fibrocimento sem amianto.

Laje: Será executada uma laje como mostra o projeto para instalação do reservatório de 500 L.

Antonio M. Barros
Eng. Civil
CREA-BA 92324/D



4.7 – Porta de alumínio

Porta externa: a porta externa será alumínio assentada em contra marco, 03 (três) dobradiças de 2.1/2, parafusos e fechadura completa. Deverão ser assentados com todo cuidado de modo a obter-se um encaixe perfeito da mesma do caixão, evitando-se empenos. As portas deverão ser nas medidas 2,10 x 0,60 metros.

4.8 – Pintura

Pintura sobre massa única: todas as alvenarias receberão pinturas em duas demãos, de tinta acrílica sobre selador acrílico. Serão aplicadas tanto na face externa como também na face interna que não receber revestimento cerâmico.

4.9 – Instalações hidráulicas, sanitárias, louças e acessórios

As instalações de pontos de água fria serão com tubulação de PVC rígido soldável, de 25 e 20mm, com todas as conexões para o reservatório de 500 litros, chuveiro, caixa de descarga, lavatório, tanque de lavar roupas (lavanderia) e pia de cozinha, inclusive com a ligação à rede de água para abastecer o domicílio. Sendo requisito básico ter água no domicílio.

Serão feitas instalações de pontos de esgotos com tubulação PVC de 100mm e conexões para vaso sanitário e de 50mm e 40mm para ralo seco com grelha; lavatório, tanque de lavar roupa (lavanderia), caixa de gordura e inspeção e pia de cozinha, com sifões e ligados ao tanque séptico e sumidouro.

Vaso Sanitário: será fornecido e instalado um vaso sanitário esmaltado, assento plástico duplo (tampa), conjunto cromado de parafusos de fixação, tubo de descida externo com curva para o vaso sanitário, caixa plástica para depósito de água e todas as peças e acessórios necessários ao perfeito funcionamento do mesmo.

Ponto de água: será instalado ponto de água fria embutida, para chuveiro, lavatório, pia de cozinha, tanque de lavar roupas (lavanderia) e descarga do vaso sanitário, conforme projeto.

Ponto de esgoto: serão instalados pontos de esgoto para o vaso sanitário, pia e lavanderias inclusive conexões, ralo e caixa sifonada que receberá as águas servidas do chuveiro, lavatório e ralo sifonado.

Antonio M. Barros
Eng. Civil
CREA-BA 92328/D



Lavatório: será fornecido e instalado um lavatório louça 44 x 35,5cm, com coluna, completo com engate flexível, torneira cromada, válvula e sifão plástico de 40mm.

Reservatório: será fornecido e instalado um reservatório de PVC ou em fibra, com capacidade para 500 litros, inclusive conexões.

Tanque de lavar roupas (lavanderia); tanque de mármore sintético suspenso com duas cubas, incluso sifão tipo em pvc, válvula plástica e torneira de metal cromado padrão popular, nas medidas de 1,00x0,50m.

Pia de cozinha: será fornecida e instalada uma pia de cozinha que poderá ser de fibra de vidro ou mármore sintético, inclusive com torneira de ½” em metal cromado e sifão de plástico de 40mm, na medida de 1,20 x 0,50m.

Instalação elétrica: a instalação elétrica do domicílio será executada rigorosamente de acordo com o respectivo projeto, com as especificações que seguem. Será obrigatório o emprego de eletroduto em toda a instalação. Todos os condutores correrão embutidos nas paredes e a tubulação será instalada de modo a não formar cotovelo, aplicando caixa de passagem 4x2”. As alturas das caixas em relação ao piso acabado, serão as seguintes: interruptores a 1,10m do piso pronto; os pontos de luz dos tetos serão rigorosamente centrados nos respectivos cômodos; o condutor do neutro deverá ser isolado e identificado pela coloração azul claro, deixando 0,80m de ponta do condutor como folga.

4.10 – Fossa Séptica e Sumidouro

A fossa séptica terá as medidas internas de 1,80 x 0,90 x 2,20m (largura x comprimento x profundidade), em alvenaria de bloco cerâmico (e=15cm), revestido internamente com chapisco e massa única. O fundo será em concreto simples traço 1:3:6 (cimento, areia e brita), com espessura de 7cm e com revestimento em cimentado. A laje da tampa será em concreto armado traço 1:2:4 (cimento, areia e brita) com espessura de 7cm, com taxa de ferro de 30Kg/m³ de concreto. Terá um tê de 100mm na entrada e na saída, a diferença entre a entrada e saída é de 0,05cm.

A fossa absorvente (sumidouro) terá dimensões internas de 1,50 x 2,20m (diâmetro x profundidade), em alvenaria de bloco cerâmico (e=15cm) com juntas verticais não argamassadas, com espessuras variando de 3 a 5 cm desencontradas até 1,90m de altura. No nível de tampa será em concreto armado traço 1:2:4 (cimento, areia e brita) com

Antonio A. da Barros
Eng. Civ.
CREA-BA 0232810



espessura de 7cm com taxa de ferro de 30Kg/m³ de concreto. Terá um lastro de brita nº. 3 com espessura de 0,30cm. O fundo deverá possuir uma camada de brita numero 03 com 30cm de altura, conforme indicação do projeto.

A caixa de gordura e a caixa de inspeção serão executada com tijolos maciços de barro, nas dimensões indicadas no projeto. As paredes internas serão revestidas com massa única. O fundo será em concreto simples traço 1:2, fornecimento de tampão de concreto armado e demais serviços necessários.

4.10 – Diversos

Teste e limpeza após as conclusões dos serviços: todo conjunto deverá ser testado quanto a vazamento, encaixe de esquadrias e outros possíveis defeitos.

Cargas, descargas e transportes: todos os entulhos provenientes das escavações, remoção de expurgo e entulhos serão levados à bota-fora, de modo a manter sempre limpo e organizado o local dos trabalhos.

Essas Especificações estabelecem as condições para execução dos serviços, bem como os materiais que serão utilizados e as características que os mesmos devem atender. Os casos omissos serão resolvidos pelas normas técnicas permanentes da ABNT e/ou pela FISCALIZAÇÃO.

ALVARO J. DOS SANTOS
ENR. 02111
CREA-BA 022210/1



II. ESPECIFICAÇÃO DOS MATERIAIS

A) Agregado Graúdo (brita)

√ Agregado graúdo é a pedra britada, comprovadamente inerte e de características semelhantes, de diâmetro máximo superior a 4,8 mm.

√ Na designação do tamanho de um agregado, diâmetro máximo é a abertura da malha, em mm, da peneira da série normal à qual corresponde uma percentagem acumulada igual ou imediatamente inferior a 5%.

√ Brita é o material resultante da britagem de rochas estáveis.

√ Brita classificada é aquela que obedece a determinados limites de diâmetro. Para fins práticos essa brita é classificada conforme a numeração que se segue:

- Pó-de-pedra: material que passa na peneira de 2,4 mm;
- Brita no 0: material que passa na peneira de 9,5 mm e é retido na peneira de 2,4 mm;
- Brita no 1: material que passa na peneira de 19,0 mm e é retido na peneira de 9,5 mm;
- Brita no 2: material que passa na peneira de 38,0 mm e é retido na peneira de 19,0 mm;
- Brita no 3: material que passa na peneira de 50,0 mm e é retido na peneira de 25,0 mm.

B) Cimento

√ Deverá ser utilizado na Obra o cimento Portland, que deverá ter as características que se enquadrem na ABNT/NBR-05732.

√ O cimento deverá proporcionar ao concreto a uniformidade e as propriedades requeridas, tendo em vista a temperatura máxima de 30°C, os agregados e a água a serem usados.

√ A Fiscalização deverá ser informada pelo Construtor com razoável antecedência, do início das concretagens, da procedência e das características do cimento a ser consumido na Obra, e receber amostras do material, antes e durante a execução das Obras,

Antonio Wilson Barros
Eng. Civil
CREA-BA 023240 7



quando requeridas, para que sejam feitos ensaios de comprovação e continuidade das características do material.

√ O Fornecedor e a marca do cimento serão escolhidos pelo construtor e aprovados pela FISCALIZAÇÃO, que não aceitará mudanças sem sua aprovação prévia. O cimento poderá ser recebido em sacos de papel com cinco folhas ou a granel. Não serão admitidos sacos rasgados ou molhados, bem como, cimento proveniente de limpezas de depósitos ou silos.

√ Deverá ser obedecida a ordem cronológica de chegada ao canteiro para a utilização dos sacos de cimento, que deverão ser estocados em silos ou armazéns secos, impermeáveis e ventilados. Cada remessa deverá ser estocada de maneira que possa ser facilmente reconhecida das demais, com indicação da data de chegada. Não será permitida a armazenagem em pilhas de mais de 10 sacos.

√ Os silos aonde o material venha a ser estocado deverão ser esvaziados e limpos pelo Construtor, sempre que necessário, a critério da FISCALIZAÇÃO. O cimento não poderá ficar armazenado por mais de 90 dias.

C) Ferros

√ Devem apresentar suficiente homogeneidade quanto as suas características geométricas e não apresentar defeitos tais como: bolhas, fissuras, esfoliações e corrosão.

D) Ferragens da porta

√ As dobradiças serão de 2 ½" x 3", do tipo comum.

√ Para o fechamento da porta será usada fechadura de tipo simples.

E) Madeiramento da cobertura e de apoio do reservatório

√ Será em madeira de lei, isenta de branco, caruncho ou broca, não ardida e sem nós ou fendas que comprometam sua durabilidade, resistência ou aparência.

F) Peças e acessórios hidráulico-sanitário

√ A bacia sanitária será de louça branca do tipo convencional.

√ A caixa de descarga será de plástico, do tipo sobrepor.

√ O lavatório será de louça, com coluna, na cor branca.

√ O chuveiro será elétrico, com haste, na bitola de 1/2".

√ A pia de cozinha será de mármore sintético (resina), nas dimensões 0,50 x 1,00m.



√ O tanque de lavar roupas será de mármore sintético (resina) nas dimensões 0,50 x 1,20m.

√ As torneiras de bóia, registro de esfera, válvulas, sifões, engates, caixas sifonadas e assento da bacia sanitária serão de plástico.

√ As torneiras do lavatório, pia e tanque serão em metal cromado, bem como os registros de gaveta e de pressão.

√ O reservatório será em fibra de vidro ou PVC, com capacidade para 500 litros.

G) Esquadrias de Alumínio

√ Serão recusados todos os elementos empregados, riscados, rachados, portadores de quaisquer outras imperfeições.

√ A folha da porta será do tipo veneziana, com dimensões 0,60 x 2,10m.

H) Telhas

√ Deverão apresentar bom estado de conservação, isentas de folhas, fissuras ou trincas e danos que comprometam a sua utilização, estanqueidade e durabilidade.

√ Será de fibrocimento tipo ondulado (espessura de 6mm) para o módulo.

I) Tijolos maciços de barro

√ Serão bem cozidos, textura homogênea, compactos, suficientemente duros, isentos de fragmentos calcários ou outro qualquer material estranho. Deverão apresentar arestas vivas, faces planas, sem fendas e dimensões perfeitamente regulares.

J) Tintas

√ Será usado tinta acrílica nas paredes.

K) Tubos e conexões

√ Os tubos e conexões para as instalações prediais de água fria e esgoto sanitário serão em PVC rígido. Deverão estar em conformidade com as normas técnicas da ABNT.

ANTONIO M. DOS SANTOS
ENGENHEIRO CIVIL
CREA-BA 022280



III. ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS

A) Placa de identificação de obra

✓ A placa de identificação da obra é única para o conjunto de módulos sanitários firmados no convênio e será executada em chapa galvanizada bitola 20, sobre moldura de madeira.

✓ As dimensões serão de 2,0 metros de altura por 3,2 metros de largura, deverão ser seguidos as instruções do manual de placas de obras do governo federal, em conformidade com o modelo fornecido pela FUNASA.

B) Limpeza do terreno

✓ Deverá ser feita a limpeza e raspagem do terreno, removendo quaisquer detritos e/ou matéria orgânica que nele existam, bem como deverá ser providenciada a retirada periódica do entulho que se acumular no recinto dos trabalhos durante a execução da obra.

C) Locação da Obra

✓ Posteriormente á limpeza do terreno, será procedido a locação de cada Módulo Sanitário, obedecendo rigorosamente às dimensões do projeto.

D) Escavações e aterro compactado

✓ As cavas para as fundações serão executadas de acordo com o projeto, tendo a seção de 30x40cm em todo o perímetro.

✓ O aterro será executado com material proveniente da própria cava expurgando-se, apenas, o material imprestável, que será substituído por material de 1ª qualidade e será executado através de compactação manual com maço de 30kg em camadas de 15cm.

E) Alvenaria de bloco cerâmico

✓ Onde indicadas no projeto arquitetônico deverão ser executadas paredes de alvenaria de bloco cerâmico de 06 ou 08 furos nas dimensões fixadas no projeto.

✓ Os blocos deverão ser assentados com argamassa de cimento, areia e arenoso no traço volumétrico 1:2:4 em fiadas niveladas. As juntas deverão ser desencontradas, com espessura máxima de 15mm.

✓ As superfícies dos paramentos deverão estar perfeitamente apumadas

✓ Deverão ser deixados os rasgos para passagem das canalizações dos projetos hidráulico e sanitário, bem como serão colocados chapuzes de madeira de lei para fixação



do batente da porta. A argamassa de chumbamento das canalizações e chapuzes serão de cimento e areia traço volumétrico 1:3.

F) Combogós

√ Onde indicado no projeto, serão assentados elementos vazados de concreto pré-moldado com argamassa de cimento e areia traço 1:4.

G) Verga de Concreto

√ Sobre o vão da porta será colocado verga de concreto armado, executada com traço 1:2:4 (cimento, areia e brita) e com seção de 10x10cm. O comprimento da verga deve transpassar o vão 20 cm para cada lado, no mínimo.

H) Porta de Alumínio

√ A folha da porta será de tipo veneziana confeccionada em alumínio com dimensões de 0,60 x 2,10m. Será fixada em contra marco de alumínio, através de 3 (três) dobradiças. O fechamento será feito interna e externamente por meio de fechadura do tipo simples.

I) Cobertura

√ Deverão ser seguidas as orientações do fabricante das telhas de fibrocimento (sem amianto) quanto a sua instalação.

√ A estrutura para a sustentação da cobertura em telhas em fibrocimento será em madeira de lei. Os caibros terão dimensões de 5x6cm. As ripas terão dimensões de 1,2 x 5cm. As peças de frechal terão dimensões de 5x6cm.

√ Para as telhas de fibrocimento, além dos apoios nas paredes, será utilizado um apoio intermediário com peça de madeira de lei na bitola 5x6cm.

√ Para garantir a total estanqueidade da cobertura, as telhas deverão ser engastadas nas empenas, utilizando argamassa de cimento, areia e arenoso no traço 1:2:4.

√ O beiral do telhamento será emboçado com argamassa de cimento, areia e arenoso no traço 1:2:4.

√ As telhas em fibrocimento utilizadas deverão ser sem amianto.

J) Chapisco

√ Todas as paredes serão chapiscadas, interna e externamente, com argamassa de cimento e areia no traço volumétrico 1:4.



K) Massa Única

√ Sobre as paredes previamente chapiscadas, será aplicada massa única com argamassa de cimento, areia e arenoso no traço 1:2:6.

L) Lastro de concreto simples

√ Será aplicado na laje de impermeabilização do Módulo. O concreto terá traço 1:3:6 (cimento, areia e brita) e a espessura será de 5cm.

√ Estes lastros somente poderão ser executados após estarem assentadas todas as canalizações que passam sob os pisos.

M) Piso cimentado liso

√ Será executado com argamassa de cimento e areia no traço 1:4 com espessura de 4cm, aplicado sobre o lastro de concreto simples. O acabamento será despolado e alisado.

N) Calçada de proteção

√ Será executada em volta do banheiro com largura de 50cm e nos locais onde estão instalados o tanque e a pia, na largura indicada no projeto. Terá lastro de concreto simples traço 1:3:6 (cimento, areia e brita) com espessura de 5cm.

O) Instalações hidráulico-sanitárias

√ Todos os serviços de instalações hidráulico-sanitárias obedecerão ao disposto nas Normas Técnicas pertinentes.

√ As tubulações, peças e aparelhos serão assentados conforme indicações do projeto, não se permitindo desvios ou deslocamento das mesmas sem aprovação da fiscalização.

√ O tanque de lavar roupa e a pia de cozinha serão assentes sobre alvenaria de blocos com dimensões 10 x 50 x 90cm, com revestimento em massa única e pintura à base de cal.

√ O reservatório será alimentado por um ramal em tubulações de PVC 20mm e torneira de bóia de ½". Para alimentação dos pontos de utilização terá uma coluna em tubulação PVC 25mm e registro de esfera de ¾". Será apoiado na alvenaria das empenas através de peças de madeira, conforme indicado no projeto. As tubulações do ramal e da coluna deverão estar devidamente fixadas no reservatório através de flanges. O apoio do reservatório deve seguir as orientações do fabricante na íntegra.



√ O tanque séptico terá dimensões internas 0,90 x 1,80 x 1,50m (largura x comprimento x profundidade), em alvenaria de bloco cerâmico (e=15cm) revestido internamente com chapisco e massa única. O fundo será em concreto simples traço 1:3:6 (cimento, areia e brita) com espessura de 7cm e com revestimento em cimentado. A laje de tampa será em concreto armado traço 1:2:4 (cimento, areia e brita) com espessura de 7cm, com taxa de ferro de 30Kg/m³ de concreto.

√ A fossa absorvente (sumidouro) terá dimensões internas 1,50 x 2,20 (largura X profundidade), em alvenaria de bloco cerâmico (e=15cm) com juntas verticais não argamassadas, com espessura variando de 3 a 5 cm desencontradas até 1,90m de altura. No nível mais próximo de terreno (cerca de 30 cm) as juntas serão tomadas com argamassa. A laje de tampa será em concreto armado traço 1:2:4 (cimento, areia e brita) com espessura de 7cm com taxa de ferro de 30 Kg/m³ de concreto. Terá um lastro de brita n°. 3 com espessura de 30cm.

√ A caixa de gordura e a caixa de inspeção serão executadas com tijolos maciços de barro, nas dimensões indicadas no projeto. As paredes internas serão revestidas com massa única. O fundo será em concreto simples traço 1:3:6 com revestimento em cimentado. A tampa será em concreto armado traço 1:2:4.

P) Pintura

√ Em todas as paredes (interna e externamente) será aplicada tinta acrílica em duas demãos, na cor branca.

Q) Instalação Elétrica

√ A instalação elétrica do domicílio será executada rigorosamente de acordo com respectivo projeto, com as especificações que seguem.

√ Será obrigatório o emprego de eletroduto em toda instalação. Todos os condutores correrão embutidos nas paredes e a tubulação será instalada de modo a não formar cotovelos, aplicando caixas de passagem 4 x 2".

√ As alturas das caixas em relação ao piso acabado, serão as seguintes:

- Interruptores a 1,10m do piso pronto.
- Os pontos de luz dos tetos serão rigorosamente centrados nos respectivos cômodos.

**MELHORIAS SANITÁRIAS DOMICILIARES
TEODORO SAMPAIO – BA**



- O condutor do neutro deverá ser isolado e identificado pela coloração azul claro, deixando 0,80m de ponta do condutor como folga.
- Todos os detalhes de acordo com desenho em anexo.

R) Limpeza final e entrega da obra

- √ Os aparelhos sanitários deverão ser limpos com água e sabão.
- √ Devera ser procedida a varredura dos pisos e lavagem com água.
- √ Todo o entulho existente no terreno será removido. Em todos os casos, tomar-se-á precauções para que durante os serviços de limpeza nada seja danificado.
- √ As obras serão entregues perfeitamente limpas e íntegras, bem como em pleno funcionamento.



IV - DISPOSIÇÕES GERAIS

A) Considerações iniciais

√ Todos os serviços compreendem o fornecimento pela EMPREITEIRA dos materiais, mão-de-obra, serviços auxiliares, ferramental e equipamento diretamente necessário à completa realização dos mesmos.

√ Os Módulos Sanitários serão construídos nos locais onde já está disponível a ligação de água. Deverão ser locados nas proximidades do ponto de água existente. Na quantificação do custo de cada Módulo deverão ser considerados os serviços necessários à complementação do ramal (trecho entre o ponto de água existente e o reservatório do Módulo).

√ Ficam reservados à FISCALIZAÇÃO o direito e autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, duvidoso, omissos ou não previsto no Contrato, nestas Especificações, no Projeto ou em tudo o mais que de qualquer forma se relacione ou venha a se relacionar, direta ou indiretamente, com a obra em questão. Em caso de dúvida, a FISCALIZAÇÃO submeterá o assunto à instância superior.

√ A existência da FISCALIZAÇÃO e sua atuação em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva da EMPREITEIRA no que concerne a obra contratada e suas implicações próximas ou remotas, sempre de conformidade com o contrato, o Código Civil e demais leis ou regulamentos vigentes.

√ Durante todo o tempo de execução dos serviços, a EMPREITEIRA deverá manter um representante autorizado junto ao canteiro da obra. Quaisquer ordens ou comunicações da FISCALIZAÇÃO ao seu representante autorizado serão consideradas como tendo sido enviadas diretamente à EMPREITEIRA.

√ O quadro de pessoal da EMPREITEIRA empregado na obra deverá ser constituído de elementos competentes, hábeis e disciplinados. Qualquer elemento da EMPREITEIRA ou de eventual subempreiteira, cuja permanência na obra for julgada inconveniente pela FISCALIZAÇÃO, deverá ser afastado imediatamente do canteiro da obra.

√ Os trabalhos que forem rejeitados pela FISCALIZAÇÃO deverão ser refeitos pela EMPREITEIRA, sem ônus para a FUNASA. Qualquer trabalho além do especificado no

MELHORIAS SANITÁRIAS DOMICILIARES
TEODORO SAMPAIO – BA



Contrato, executado pela EMPREITEIRA sem autorização da FISCALIZAÇÃO, não será pago pela FUNASA.

√ O pagamento de licenças, taxas, impostos, emolumentos, multas e demais contribuições fiscais que incidem ou venham a incidir sobre a obra e o pessoal dela incumbido, nisso incluído os encargos sociais, são de inteira responsabilidade de EMPREITEIRA.

√ Imediatamente após o início das obras, a EMPREITEIRA deverá executar os trabalhos e conduzi-los de forma contínua e regular, dentro do cronograma estabelecido.

√ A FISCALIZAÇÃO terá plena autoridade para suspender por meios amigáveis ou não, os serviços da obra, total ou parcialmente, sempre que julgar conveniente por motivos técnicos, de segurança, disciplinares ou outros. Nestes casos, os serviços só poderão ser reiniciados por nova ordem da FISCALIZAÇÃO.

B) Serviços

Placa de identificação de obra: inclui a confecção e instalação em local a ser definido pela FISCALIZAÇÃO. Será medido pela placa efetivamente instalada.

Unidade de medição: un.

Construção de Módulo Sanitário: compreende todos os serviços incluídos na Planilha de Quantitativos apresentada em anexo. Inclui também a complementação do ramal predial para alimentação do reservatório. Será medido pelo Módulo Sanitário efetivamente concluído.

Unidade de medição: un.

Antonio M. C. Barros
Eng. Civil
CREA-BA 92820/D

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA GLOBAL

PROPRIETÁRIO:
PREFEITURA MUNICIPAL DE TEODORO SAMPAIO/BA
TÍTULO DO PROJETO:
Implantação de MSD no município de Teodoro Sampaio/BA
BDI ADOTADO: 22.45%
BASE DE PREÇOS:
SINAPI/BA - Jan/2019 - Sem desoneração

ÓRGÃO CONCEDENTE:
FUNASA - CONVÊNIO Nº 145/17 / SICONV 848231/2017

ENC. SOCIAIS: MENS. 72,82% E HOR. 116,85%
DATA: 07/06/2019
REVISÃO: 00

ETAPA	SINAPI	DISCRIMINAÇÃO DE SERVIÇOS	UNID.	QUANT.	VALOR UNIT. S/ BDI (R\$)	VALOR UNIT. C/ BDI (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1.0		PLACA DE OBRA					1.642,28
1.1	74209/001	PLACA DE OBRA EM CHAPA DE ACO GALVANIZADO	M2	4,90	273,71	335,16	1.642,28
2.0		CONJUNTO SANITÁRIO					215.614,98
2.1		SERVIÇOS INICIAIS					16.837,20
2.1.1	99059	LOCAÇÃO CONVENCIONAL DE OBRA	M	345,60	37,03	45,34	15.669,45
2.1.2	73948/016	LIMPEZA MANUAL DO TERRENO (C/ RASPAGEM SUPERFICIAL)	M2	243,81	3,91	4,79	1.167,75
2.2		INFRAESTRUTURA					11.450,97
2.2.1	93358	ESCAVAÇÃO MANUAL	M3	20,09	61,99	75,91	1.524,96
2.2.2	95467	EMBASAMENTO C/PEDRA ARGAMASSADA UTILIZANDO ARG.CIM/AREIA 1:4	M3	20,09	403,53	494,12	9.926,01
2.3		SUPERESTRUTURA					4.548,15
2.3.1	93205	CINTA DE AMARRAÇÃO DE ALVENARIA MOLDADA IN LOCO COM UTILIZAÇÃO DE BLOCOS CANALETA.	M	167,40	22,19	27,17	4.548,15
2.4		ALVENARIA DE VEDAÇÃO					23.629,86
2.4.1	87484	ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS CERÂMICOS FURADOS NA HORIZONTAL DE 9X19X39CM (E= 9CM)	M2	444,53	41,38	50,67	22.524,21
2.4.2	93184	VERGAS PRÉ-MOLDADA	M	48,60	18,58	22,75	1.105,65
2.5		COBERTURA					6.835,59
2.5.1	92543	TRAMA DE MADEIRA PARA TELHA ONDULADA	M2	74,25	11,40	13,96	1.036,53
2.5.2	94207	COBERTURA EM TELHA ONDULADA DE FIBROCIMENTO (SEM AMIANTO)	M2	74,25	33,03	40,45	3.003,48
2.5.3	74141/2	LAJE PRÉ MOLD BETA 12	M2	32,13	71,06	87,01	2.795,58
2.6		PAVIMENTAÇÃO					10.919,88
2.6.2	95241	LASTRO DE CONCRETO, 5CM	M2	48,60	22,57	27,64	1.343,25
2.6.1	87682	CONTRAPISO E=4CM	M2	48,60	36,03	44,12	2.144,34
2.6.3	93389	PISO EM CERAMICA 35X35CM, COR BRANCA	M2	48,60	35,62	43,62	2.120,04
2.6.4	94990	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, DESEMPOLADO, NÃO ARMADO	M3	8,64	502,12	614,85	5.312,25
2.7		REVESTIMENTO					47.023,74
2.7.1	87879	CHAPISCO EM ALVENARIA	M2	889,06	2,98	3,65	3.245,13
2.7.2	89173	EMBOÇO	M2	241,38	26,72	32,72	7.898,04
2.7.3	87266	REVESTIMENTO CERÂMICO INTERNO 20X20CM, COR BRANCA	M2	241,38	43,26	52,97	12.785,85
2.7.4	87530	MASSA ÚNICA PARA RECEBIMENTO DE PINTURA	M2	647,68	28,72	35,17	22.778,82
2.7.5	73937/001	ELEMENTO VAZADO DE CONCRETO, ASSENTADO COM ARGAMASSA TRACO 1:4 (CIMENTO E AREIA)	M2	3,24	79,62	97,49	315,90
2.8		LOUÇAS E ACESSÓRIOS					22.198,59
2.8.1	COMP 005	VASO SANITÁRIO SIFONADO EM LOUÇA BRANCA, COM CAIXA ACOPLADA, ASSENTO E ACESSÓRIOS DE LIGAÇÃO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	UN	27,00	345,05	422,51	11.407,77
2.8.2	86939	LAVATÓRIO LOUÇA BRANCA COM COLUNA, *44 X 35,5* CM, PADRÃO POPULAR, INCLUSO SIFÃO FLEXÍVEL EM PVC, VÁLVULA E ENGATE FLEXÍVEL 30CM EM PLÁSTICO E COM TORNEIRA CROMADA PADRÃO POPULAR - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO, AF. 12/2013	UN	27,00	259,72	318,03	8.586,81
2.8.3	95546	KIT DE ACESSÓRIOS PARA BANHEIRO EM METAL CROMADO, 5 PECAS, INCLUSO FIXAÇÃO	UN	27,00	66,66	81,63	2.204,01
2.9		PINTURA					7.533,00
2.9.1	88489	TINTA ACRILICA SOBRE MASSA ÚNICA	M2	647,73	9,50	11,63	7.533,00
2.10		ESQUADRIAS					19.644,66
2.10.1	91341	PORTA EM ALUMÍNIO DE ABRIR TIPO VENEZIANA COM GUARNIÇÃO, FIXAÇÃO COM PARAFUSOS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	M2	34,02	421,31	515,89	17.550,54
2.10.2	91305	FECHADURA PARA SANITÁRIO	UN	27,00	63,34	77,56	2.094,12
2.11		INSTALAÇÕES HIDROSANITÁRIAS					40.234,32
2.11.1		ÁGUA FRIA					
2.11.1.1	89383	ADAPTADOR CURTO COM BOLSA E ROSCA 25X3/4" PARA REGISTRO	UN	108,00	5,23	6,40	691,20
2.11.1.2	89987	REGISTRO DE GAVETA BRUTO, LATÃO, ROSCAVEL, 3/4", COM ACABAMENTO E CANOPLA CROMADOS, FORNECIDO E INSTALADO	UN	27,00	72,67	88,98	2.402,46
2.11.1.3	89985	REGISTRO DE PRESSÃO BRUTO, LATÃO, ROSCAVEL, 3/4", COM ACABAMENTO E CANOPLA CROMADOS, FORNECIDO E INSTALADO	UN	27,00	69,16	84,69	2.286,63
2.11.1.4	89404	JOELHO 90° SOLDAVEL DE 20MM	UN	54,00	3,93	4,81	259,74
2.11.1.5	89358	JOELHO 90° COM BUCHA DE LATÃO 20MM x 1/2"	UN	135,00	6,04	7,40	999,00

Antônio A.C. Barros
Civil
CREMBA 92228/D

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA GLOBAL

PROPRIETÁRIO:
PREFEITURA MUNICIPAL DE TEODORO SAMPAIO/BA

ÓRGÃO CONCEDENTE:
FUNASA - CONVÊNIO Nº 145/17 / SICONV 848231/2017

TÍTULO DO PROJETO:
Implantação de MSD no município de Teodoro Sampaio/BA

BDI ADOTADO: **BASE DE PREÇOS:**
22,45% SINAPI/BA - Jan/2019 - Sem desoneração

ENC. SOCIAIS: **DATA:** **REVISÃO:**
MENS. 72,82% E HOR. 116,85% 07/06/2019 00

ETAPA	SINAPI	DISCRIMINAÇÃO DE SERVIÇOS	UNID.	QUANT.	VALOR UNIT. S/ BDI (R\$)	VALOR UNIT. C/ BDI (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
2.11.1.6	89366	JOELHO 90° COM BUCHA DE LATÃO 25MM x 3/4"	UN	27,00	11,26	13,79	372,33
2.11.1.7	89393	TÊ SOLDÁVEL DE 20MM	UN	54,00	7,61	9,32	503,28
2.11.1.8	89395	TÊ SOLDÁVEL DE 25MM	UN	54,00	9,83	12,04	650,16
2.11.1.9	89373	LUVA DE REDUÇÃO 25 X 20MM	UN	54,00	4,79	5,87	316,98
2.11.1.10	89355	TUBO PVC SOLDÁVEL 20MM INCLUSIVE RASGO EM ALVENARIA E CHUMBAMENTO	M	252,45	14,84	18,17	4.587,03
2.11.1.11	89356	TUBO PVC SOLDÁVEL 25MM INCLUSIVE RASGO EM ALVENARIA E CHUMBAMENTO	M	140,94	17,41	21,32	3.004,83
2.11.1.12	11680	BRACO OU HASTE COM CANOPLA PLASTICA, 1/2", PARA CHUVEIRO SIMPLES	UN	27,00	5,24	6,42	173,34
2.11.1.13	7608	CHUVEIRO PLASTICO BRANCO SIMPLES	UN	27,00	4,51	5,52	149,04
2.11.2		SANITÁRIA					
2.11.2.1	COMP 001	CAIXA DE PASSAGEM EM ALVENARIA DE TIJOLO MACIÇO 70X70X45M, REVESTIDA E=2,0CM, COM TAMPA PRÉ-MOLDADA DE CONCRETO E FUNDO DE CONCRETO 15MPA ESCAVAÇÃO E CONFECCÃO	UN	27,00	222,16	272,03	7.344,81
2.11.2.2	COMP 002	CAIXA DE GORDURA EM ALVENARIA DE TIJOLO MACIÇO 70X70X45M, REVESTIDA E=2,0CM, COM TAMPA PRÉ-MOLDADA DE CONCRETO E FUNDO DE CONCRETO 15MPA ESCAVAÇÃO E CONFECCÃO	UN	27,00	222,16	272,03	7.344,81
2.11.2.3	89707	CAIXA SIFONADA, PVC, DN 100 X 100 X 50 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDA E INSTALADA EM RAMAL DE DESCARGA OU EM RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO.	UN	27,00	24,36	29,83	805,41
2.11.2.4	89711	TUBO PVC ESGOTO PREDIAL, DN 40MM, FORNECIDO E INSTALADO	M	136,08	15,13	18,53	2.521,53
2.11.2.5	89798	TUBO PVC ESGOTO PREDIAL, DN 50MM, FORNECIDO E INSTALADO	M	226,80	7,48	9,16	2.077,38
2.11.2.6	89848	TUBO PVC ESGOTO PREDIAL, DN 100 MM, FORNECIDO E INSTALADO	M	28,35	20,78	25,45	721,44
2.11.2.7	89728	JOELHO 90° PVC ESGOTO PREDIAL, DN 40 MM, FORNECIDO E INSTALADO	UN	108,00	7,39	9,05	977,40
2.11.2.8	89731	JOELHO 90° PVC ESGOTO PREDIAL, DN 50 MM, FORNECIDO E INSTALADO	UN	27,00	8,03	9,83	265,41
2.11.2.9	89744	JOELHO 90° PVC ESGOTO PREDIAL, DN 100 MM, FORNECIDO E INSTALADO	UN	27,00	17,32	21,21	572,67
2.11.2.10	89726	JOELHO 45° PVC ESGOTO PREDIAL, DN 40 MM, FORNECIDO E INSTALADO	UN	27,00	5,62	6,88	185,76
2.11.2.11	89732	JOELHO 45° PVC ESGOTO PREDIAL, DN 50 MM, FORNECIDO E INSTALADO	UN	27,00	8,37	10,25	276,75
2.11.2.12	89783	JUNÇÃO ESGOTO PREDIAL, DN 40X40MM, FORNECIDO E INSTALADO	UN	27,00	8,91	10,91	294,57
2.11.2.13	89784	TE ESGOTO PREDIAL, DN 50X50MM, FORNECIDO E INSTALADO	UN	27,00	13,62	16,68	450,36
2.12		INSTALAÇÕES ELÉTRICAS					4.287,06
2.12.1	93128	PONTO DE ILUMINAÇÃO INCLUINDO INTERRUPTOR SIMPLES, CAIXA ELÉTRICA, ELETRODUTO, CABO, RASGO, QUEBRA E CHUMBAMENTO (EXCLUINDO LUMINÁRIA E LÂMPADA)	UN	27,00	102,16	125,09	3.377,43
2.12.2	97589	LUMINÁRIA TIPO PLAFON EM PLÁSTICO COM 1 LÂMPADA DE 15 W	UN	27,00	27,51	33,69	909,63
2.13		LIMPEZA FINAL					471,96
2.13.1	9537	LIMPEZA FINAL	M2	167,40	2,30	2,82	471,96
3.0		RESERVATÓRIO ELEVADO					15.627,87
3.1	88504	RESERVATÓRIO EM POLIETILENO 500L, INCLUSIVE ACESSÓRIOS DE INSTALAÇÃO	UN	27,00	472,69	578,81	15.627,87
4.0		PIA DE COZINHA					18.563,32
4.1	87484	ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS CERÂMICOS FURADOS NA HORIZONTAL DE 9X19X39CM (E= 9CM)	M2	27,54	41,38	50,67	1.395,36
4.2	87879	CHAPISCO EM ALVENARIA	M2	55,08	2,98	3,65	201,15
4.3	87530	MASSA ÚNICA PARA RECEBIMENTO DE PINTURA	M2	55,08	28,72	35,17	1.937,25
4.4	88489	TINTA ACRILICA SOBRE MASSA ÚNICA	M2	55,08	9,50	11,63	640,71
4.5	94990	PASSEIO EM CONCRETO (CALÇADA)	M3	0,68	502,12	614,85	414,99
4.6	93128	PONTO DE ILUMINAÇÃO INCLUINDO INTERRUPTOR SIMPLES, CAIXA ELÉTRICA, ELETRODUTO, CABO, RASGO, QUEBRA E CHUMBAMENTO (EXCLUINDO LUMINÁRIA E LÂMPADA)	UN	27,00	102,16	125,09	3.377,43
4.7	97593	LUMINÁRIA TIPO SPOT, DE SOBREPOR, COM 1 LÂMPADA DE 15 W	UN	27,00	60,22	73,74	1.990,98
4.8	86911	TORNEIRA CROMADA LONGA, DE PAREDE, 1/2" OU 3/4", PARA PIA DE COZINHA	UN	27,00	37,82	46,31	1.250,37
4.9	86883	SIFÃO DO TIPO FLEXÍVEL EM PVC 1 X 1.1/2 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO, AF. 12/2013	UN	27,00	8,39	10,27	277,29
4.10	86894	PIA DE COZINHA EM MÁRMORE SINTÉTICO L=1,20M	UN	27,00	213,78	261,77	7.067,79
5.0		TANQUE DE LAVAR ROUPAS					16.609,84
5.1	87484	ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS CERÂMICOS FURADOS NA HORIZONTAL DE 9X19X39CM (E= 9CM)	M2	27,54	41,38	50,67	1.395,36
5.2	87879	CHAPISCO EM ALVENARIA	M2	55,08	2,98	3,65	201,15
5.3	87530	MASSA ÚNICA PARA RECEBIMENTO DE PINTURA	M2	55,08	28,72	35,17	1.937,25

Antonio M. C. Barros
Engenheiro Civil
CREA 008.923.28/D

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA GLOBAL

PROPRIETÁRIO:
PREFEITURA MUNICIPAL DE TEODORO SAMPAIO/BA

ÓRGÃO CONCEDENTE:
FUNASA - CONVÊNIO Nº 145/17 / SICONV 848231/2017

TÍTULO DO PROJETO:
Implantação de MSD no município de Teodoro Sampaio/BA.

BDI ADOTADO: 22.45%
BASE DE PREÇOS: SINAPI/BA - Jan/2019 - Sem desoneração

ENC. SOCIAIS: MENS. 72.82% E HOR. 116.85%
DATA: 07/06/2019
REVISÃO: 00

ETAPA	SINAPI	DISCRIMINAÇÃO DE SERVIÇOS	UNID.	QUANT.	VALOR UNIT. S/ BDI (R\$)	VALOR UNIT. C/ BDI (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
5.4	88489	TINTA ACRILICA SOBRE MASSA ÚNICA	M2	55,08	9,50	11,63	640,71
5.5	94990	PASSEIO EM CONCRETO (CALÇADA)	M3	1,01	502,12	614,85	622,62
5.6	93128	PONTO DE ILUMINAÇÃO INCLUINDO INTERRUPTOR SIMPLES, CAIXA ELÉTRICA, ELETRODUTO, CABO, RASGO, QUEBRA E CHUMBAMENTO (EXCLUINDO LUMINÁRIA E LÂMPADA)	UN	27,00	102,16	125,09	3.377,43
5.7	97593	LUMINÁRIA TIPO SPOT, DE SOBREPOR, COM 1 LÂMPADA DE 15 W	UN	27,00	60,22	73,74	1.990,98
5.8	86929	TANQUE DE MÁRMORE SINTÉTICO SUSPENSO, DUAS CUBAS, INCLUSO SIFÃO FLEXÍVEL EM PVC, VÁLVULA PLÁSTICA E TORNEIRA DE METAL CROMADO PADRÃO POPULAR - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	27,00	194,92	238,68	6.444,36
6.0		TANQUE SÉPTICO					64.334,23
6.1	COMP 003	FOSSA EM ALVENARIA DE TIJOLO MACIÇO 1,80X0,90X2,20M, REVESTIDA E=2,0CM, COM TAMPA PRÉ-MOLDADA DE CONCRETO E FUNDO DE CONCRETO 15MPA, INCLUSO ESCAVAÇÃO E CONFECCÃO	UN	27,00	1.945,90	2.382,75	64.334,25
7.0		SUMIDOURO					38.386,44
7.1	COMP 004	SUMIDOURO EM ALVENARIA DE TIJOLO CERAMICO FURADO DIAMETRO, 1,50M E ALTURA 2,20M, COM TAMPA EM CONCRETO ARMADO DIAMETRO 1,80M E ESPESSURA 10CM, INCLUSO ESCAVAÇÃO E CONFECCÃO	UN	27,00	1.161,06	1.421,72	38.386,44
VALOR TOTAL GERAL COM BDI:							R\$ 370.769,00


 Antonio M. Barros
 Eng. Civil
 CREA - BA 92320/D

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA INDIVIDUALIZADA

PROPRIETÁRIO:
PREFEITURA MUNICIPAL DE TEODORO SAMPAIO/BA
TÍTULO DO PROJETO:
Implantação de MSD no município de Teodoro Sampaio/BA
BDI ADOTADO: 22.45%
BASE DE PREÇOS:
SINAPI/BA - Jan/2019 - Sem desoneração

ÓRGÃO CONCEDENTE:
FUNASA - CONVÊNIO Nº 145/17 / SICONV 848231/2017

ENC. SOCIAIS: MENS. 72.82% E HOR. 116.85%
DATA: 07/06/2019
REVISÃO: 00

ETAPA	SINAPI	DISCRIMINAÇÃO DE SERVIÇOS	UNID.	QUANT.	VALOR UNIT. S/ BDI (R\$)	VALOR UNIT. C/ BDI (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1.0		PLACA DE OBRA					1.642,28
1.1	74209/001	PLACA DE OBRA EM CHAPA DE ACO GALVANIZADO	M2	4,90	273,71	335,16	1.642,28
2.0		CONJUNTO SANITÁRIO					7.985,74
2.1		SERVIÇOS INICIAIS					623,60
2.1.1	99059	LOCAÇÃO CONVENCIONAL DE OBRA	M	12,80	37,03	45,34	580,35
2.1.2	73948/016	LIMPEZA MANUAL DO TERRENO (C/ RASPAGEM SUPERFICIAL)	M2	9,03	3,91	4,79	43,25
2.2		INFRAESTRUTURA					424,11
2.2.1	93358	ESCAVAÇÃO MANUAL	M3	0,74	61,99	75,91	56,48
2.2.2	95467	EMBASAMENTO C/PEDRA ARGAMASSADA UTILIZANDO ARG.CIM/AREIA 1:4	M3	0,74	403,53	494,12	367,63
2.3		SUPERESTRUTURA					168,45
2.3.1	93205	CINTA DE AMARRAÇÃO DE ALVENARIA MOLDADA IN LOCO COM UTILIZAÇÃO DE BLOCOS CANALETA.	M	6,20	22,19	27,17	168,45
2.4		ALVENARIA DE VEDAÇÃO					875,18
2.4.1	87484	ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS CERÂMICOS FURADOS NA HORIZONTAL DE 9X19X39CM (E= 9CM)	M2	16,46	41,38	50,67	834,23
2.4.2	93184	VERGAS PRÉ-MOLDADA	M	1,80	18,58	22,75	40,95
2.5		COBERTURA					253,17
2.5.1	92543	TRAMA DE MADEIRA PARA TELHA ONDULADA	M2	2,75	11,40	13,96	38,39
2.5.2	94207	COBERTURA EM TELHA ONDULADA DE FIBROCIMENTO (SEM AMIANTO)	M2	2,75	33,03	40,45	111,24
2.5.3	74141/2	LAJE PRÉ MOLD BETA 12	M2	1,19	71,06	87,01	103,54
2.6		PAVIMENTAÇÃO					404,44
2.6.2	95241	LASTRO DE CONCRETO, 5CM	M2	1,80	22,57	27,64	49,75
2.6.1	87682	CONTRAPISO E=4CM	M2	1,80	36,03	44,12	79,42
2.6.3	93389	PISO EM CERÂMICA 35X35CM, COR BRANCA	M2	1,80	35,62	43,62	78,52
2.6.4	94990	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, DESEMPOLADO, NÃO ARMADO	M3	0,32	502,12	614,85	196,75
2.7		REVESTIMENTO					1.741,62
2.7.1	87879	CHAPISCO EM ALVENARIA	M2	32,93	2,98	3,65	120,19
2.7.2	89173	EMBOÇO	M2	8,94	26,72	32,72	292,52
2.7.3	87266	REVESTIMENTO CERÂMICO INTERNO 20X20CM, COR BRANCA	M2	8,94	43,26	52,97	473,55
2.7.4	87530	MASSA ÚNICA PARA RECEBIMENTO DE PINTURA	M2	23,99	28,72	35,17	843,66
2.7.5	73937/001	ELEMENTO VAZADO DE CONCRETO, ASSENTADO COM ARGAMASSA TRACO 1:4 (CIMENTO E AREIA)	M2	0,12	79,62	97,49	11,70
2.8		LOUÇAS E ACESSÓRIOS					822,17
2.8.1	COMP 005	VASO SANITÁRIO SIFONADO EM LOUÇA BRANCA, COM CAIXA ACOPLADA, ASSENTO E ACESSÓRIOS DE LIGAÇÃO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	UN	1,00	345,05	422,51	422,51
2.8.2	86939	LAVATÓRIO LOUÇA BRANCA COM COLUNA, *44 X 35,5* CM. PADRÃO POPULAR INCLUSO SIFÃO FLEXÍVEL EM PVC, VALVULA E ENGATE FLEXÍVEL 30CM EM PLÁSTICO E COM TORNEIRA CROMADA PADRÃO POPULAR - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF. 12/2013	UN	1,00	259,72	318,03	318,03
2.8.3	95546	KIT DE ACESSÓRIOS PARA BANHEIRO EM METAL CROMADO, 5 PEÇAS, INCLUSO FIXAÇÃO	UN	1,00	66,66	81,63	81,63
2.9		PINTURA					279,00
2.9.1	88489	TINTA ACRILICA SOBRE MASSA ÚNICA	M2	23,99	9,50	11,63	279,00
2.10		ESQUADRIAS					727,58
2.10.1	91341	PORTA EM ALUMÍNIO DE ABRIR TIPO VENEZIANA COM GUARNIÇÃO, FIXAÇÃO COM PARAFUSOS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	M2	1,26	421,31	515,89	650,02
2.10.2	91305	FECHADURA PARA SANITÁRIO	UN	1,00	63,34	77,56	77,56
2.11		INSTALAÇÕES HIDROSANITÁRIAS					1.490,16
2.11.1		ÁGUA FRIA					
2.11.1.1	89383	ADAPTADOR CURTO COM BOLSA E ROSCA 25X3/4" PARA REGISTRO	UN	4,00	5,23	6,40	25,60
2.11.1.2	89987	REGISTRO DE GAVETA BRUTO, LATÃO, ROSCÁVEL, 3/4", COM ACABAMENTO E CANOPLA CROMADOS, FORNECIDO E INSTALADO	UN	1,00	72,67	88,98	88,98
2.11.1.3	89985	REGISTRO DE PRESSÃO BRUTO, LATÃO, ROSCÁVEL, 3/4", COM ACABAMENTO E CANOPLA CROMADOS, FORNECIDO E INSTALADO	UN	1,00	69,16	84,69	84,69
2.11.1.4	89404	JOELHO 90º SÓLDÁVEL DE 20MM	UN	2,00	3,93	4,81	9,62
2.11.1.5	89358	JOELHO 90º COM BUCHA DE LATÃO 20MM x 1/2'	UN	5,00	6,04	7,40	37,00


 Antonio M. O. Barros
 Eng. Civil
 CREA - BA 02228/D

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA INDIVIDUALIZADA

PROPRIETÁRIO:

PREFEITURA MUNICIPAL DE TEODORO SAMPAIO/BA

ÓRGÃO CONCEDENTE:

FUNASA - CONVÊNIO Nº 145/17 / SICONV 848231/2017

TÍTULO DO PROJETO:

Implantação de MSD no município de Teodoro Sampaio/BA

BDI ADOTADO:

22,45%

BASE DE PREÇOS:

SINAPI/BA - Jan/2019 - Sem desoneração

ENC. SOCIAIS:

MENS. 72,82% E HOR. 116,85%

DATA:

07/06/2019

REVISÃO:

00

ETAPA	SINAPI	DISCRIMINAÇÃO DE SERVIÇOS	UNID.	QUANT.	VALOR UNIT. S/ BDI (R\$)	VALOR UNIT. C/ BDI (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
2.11.1.6	89366	JOELHO 90° COM BUCHA DE LATÃO 25MM x 3/4"	UN	1,00	11,26	13,79	13,79
2.11.1.7	89393	TÊ SOLDÁVEL DE 20MM	UN	2,00	7,61	9,32	18,64
2.11.1.8	89395	TÊ SOLDÁVEL DE 25MM	UN	2,00	9,83	12,04	24,08
2.11.1.9	89373	LUVA DE REDUÇÃO 25 X 20MM	UN	2,00	4,79	5,87	11,74
2.11.1.10	89355	TUBO PVC SOLDÁVEL 20MM INCLUSIVE RASGO EM ALVENARIA E CHUMBAMENTO	M	9,35	14,84	18,17	169,89
2.11.1.11	89356	TUBO PVC SOLDÁVEL 25MM INCLUSIVE RASGO EM ALVENARIA E CHUMBAMENTO	M	5,22	17,41	21,32	111,29
2.11.1.12	11680	BRACO OU HASTE COM CANOPLA PLASTICA, 1/2", PARA CHUVEIRO SIMPLES	UN	1,00	5,24	6,42	6,42
2.11.1.13	7608	CHUVEIRO PLASTICO BRANCO SIMPLES	UN	1,00	4,51	5,52	5,52
2.11.2		SANITÁRIA					
2.11.2.1	COMP 001	CAIXA DE PASSAGEM EM ALVENARIA DE TIJOLO MACIÇO 70X70X45M, REVESTIDA E=2,0CM, COM TAMPA PRÉ-MOLDADA DE CONCRETO E FUNDO DE CONCRETO 15MPA ESCAVAÇÃO E CONFECCÃO	UN	1,00	222,16	272,03	272,03
2.11.2.2	COMP 002	CAIXA DE GORDURA EM ALVENARIA DE TIJOLO MACIÇO 70X70X45M, REVESTIDA E=2,0CM, COM TAMPA PRÉ-MOLDADA DE CONCRETO E FUNDO DE CONCRETO 15MPA ESCAVAÇÃO E CONFECCÃO	UN	1,00	222,16	272,03	272,03
2.11.2.3	89707	CAIXA SIFONADA, PVC, DN 100 X 100 X 50 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDA E INSTALADA EM RAMAL DE DESCARGA OU EM RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO.	UN	1,00	24,36	29,83	29,83
2.11.2.4	89711	TUBO PVC ESGOTO PREDIAL, DN 40MM, FORNECIDO E INSTALADO	M	5,04	15,13	18,53	93,39
2.11.2.5	89798	TUBO PVC ESGOTO PREDIAL, DN 50MM, FORNECIDO E INSTALADO	M	8,40	7,48	9,16	76,94
2.11.2.6	89848	TUBO PVC ESGOTO PREDIAL, DN 100 MM, FORNECIDO E INSTALADO	M	1,05	20,78	25,45	26,72
2.11.2.7	89728	JOELHO 90° PVC ESGOTO PREDIAL, DN 40 MM, FORNECIDO E INSTALADO	UN	4,00	7,39	9,05	36,20
2.11.2.8	89731	JOELHO 90° PVC ESGOTO PREDIAL, DN 50 MM, FORNECIDO E INSTALADO	UN	1,00	8,03	9,83	9,83
2.11.2.9	89744	JOELHO 90° PVC ESGOTO PREDIAL, DN 100 MM, FORNECIDO E INSTALADO	UN	1,00	17,32	21,21	21,21
2.11.2.10	89726	JOELHO 45° PVC ESGOTO PREDIAL, DN 40 MM, FORNECIDO E INSTALADO	UN	1,00	5,62	6,88	6,88
2.11.2.11	89732	JOELHO 45° PVC ESGOTO PREDIAL, DN 50 MM, FORNECIDO E INSTALADO	UN	1,00	8,37	10,25	10,25
2.11.2.12	89783	JUNÇÃO ESGOTO PREDIAL, DN 40X40MM, FORNECIDO E INSTALADO	UN	1,00	8,91	10,91	10,91
2.11.2.13	89784	TE ESGOTO PREDIAL, DN 50X50MM, FORNECIDO E INSTALADO	UN	1,00	13,62	16,68	16,68
2.12		INSTALAÇÕES ELÉTRICAS					158,78
2.12.1	93128	PONTO DE ILUMINAÇÃO INCLUINDO INTERRUPTOR SIMPLES, CAIXA ELÉTRICA, ELETRODUTO, CABO, RASGO, QUEBRA E CHUMBAMENTO (EXCLUINDO LUMINÁRIA E LÂMPADA)	UN	1,00	102,16	125,09	125,09
2.12.2	97589	LUMINÁRIA TIPO PLAFON EM PLÁSTICO COM 1 LÂMPADA DE 15 W	UN	1,00	27,51	33,69	33,69
2.13		LIMPEZA FINAL					17,48
2.13.1	9537	LIMPEZA FINAL	M2	6,20	2,30	2,82	17,48
3.0		RESERVATÓRIO ELEVADO					578,81
3.1	88504	RESERVATORIO EM POLIETILENO 500L, INCLUSIVE ACESSÓRIOS DE INSTALAÇÃO	UN	1,00	472,69	578,81	578,81
4.0		PIA DE COZINHA					687,16
4.1	87484	ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS CERÂMICOS FURADOS NA HORIZONTAL DE 9X19X39CM (E= 9CM)	M2	1,02	41,38	50,67	51,68
4.2	87879	CHAPISCO EM ALVENARIA	M2	2,04	2,98	3,65	7,45
4.3	87530	MASSA ÚNICA PARA RECEBIMENTO DE PINTURA	M2	2,04	28,72	35,17	71,75
4.4	88489	TINTA ACRILICA SOBRE MASSA ÚNICA	M2	2,04	9,50	11,63	23,73
4.5	94990	PASSEIO EM CONCRETO (CALÇADA)	M3	0,03	502,12	614,85	15,37
4.6	93128	PONTO DE ILUMINAÇÃO INCLUINDO INTERRUPTOR SIMPLES, CAIXA ELÉTRICA, ELETRODUTO, CABO, RASGO, QUEBRA E CHUMBAMENTO (EXCLUINDO LUMINÁRIA E LÂMPADA)	UN	1,00	102,16	125,09	125,09
4.7	97593	LUMINÁRIA TIPO SPOT, DE SOBREPOR, COM 1 LÂMPADA DE 15 W	UN	1,00	60,22	73,74	73,74
4.8	86911	TORNEIRA CROMADA LONGA, DE PAREDE, 1/2" OU 3/4", PARA PIA DE COZINHA	UN	1,00	37,82	46,31	46,31
4.9	86883	SIFÃO DO TIPO FLEXÍVEL EM PVC 1 X 1.1/2 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO, AF. 12/2013	UN	1,00	8,39	10,27	10,27
4.10	86894	PIA DE COZINHA EM MÁRMORE SINTÉTICO L=1,20M	UN	1,00	213,78	261,77	261,77
5.0		TANQUE DE LAVAR ROUPAS					615,18
5.1	87484	ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS CERÂMICOS FURADOS NA HORIZONTAL DE 9X19X39CM (E= 9CM)	M2	1,02	41,38	50,67	51,68
5.2	87879	CHAPISCO EM ALVENARIA	M2	2,04	2,98	3,65	7,45
5.3	87530	MASSA ÚNICA PARA RECEBIMENTO DE PINTURA	M2	2,04	28,72	35,17	71,75


 Antonio C. Barros
 Eng. Civil
 CREMBA 92328/D

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA INDIVIDUALIZADA

PROPRIETÁRIO:

PREFEITURA MUNICIPAL DE TEODORO SAMPAIO/BA

TÍTULO DO PROJETO:

Implantação de MSD no município de Teodoro Sampaio/BA

BDI ADOTADO:

22,45%

BASE DE PREÇOS:

SINAPI/BA - Jan/2019 - Sem desoneração

ÓRGÃO CONCEDENTE:

FUNASA - CONVÊNIO Nº 145/17 / SICONV 848231/2017

ENC. SOCIAIS:

MENS. 72,82% E HOR. 116,85%

DATA:

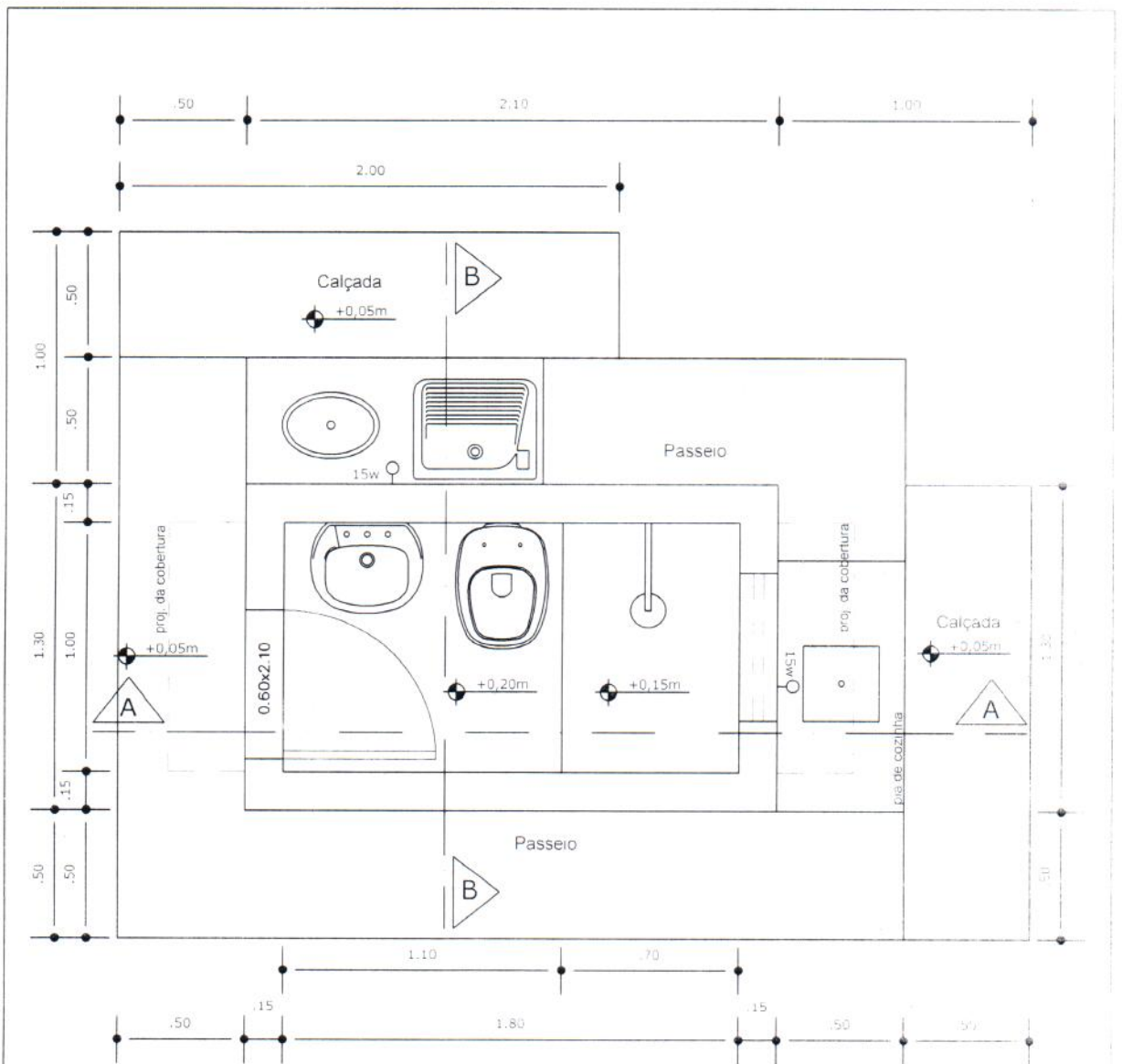
07/06/2019

REVISÃO:

00

ETAPA	SINAPI	DISCRIMINAÇÃO DE SERVIÇOS	UNID.	QUANT.	VALOR UNIT. S/ BDI (R\$)	VALOR UNIT. C/ BDI (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
5.4	88489	TINTA ACRILICA SOBRE MASSA ÚNICA	M2	2,04	9,50	11,63	23,73
5.5	94990	PASSEIO EM CONCRETO (CALÇADA)	M3	0,04	502,12	614,85	23,06
5.6	93128	PONTO DE ILUMINAÇÃO INCLUINDO INTERRUPTOR SIMPLES, CAIXA ELÉTRICA, ELETRODUTO, CABO, RASGO, QUEBRA E CHUMBAMENTO (EXCLUINDO LUMINÁRIA E LÂMPADA)	UN	1,00	102,16	125,09	125,09
5.7	97593	LUMINÁRIA TIPO SPOT, DE SOBREPOR, COM 1 LÂMPADA DE 15 W	UN	1,00	60,22	73,74	73,74
5.8	86929	TANQUE DE MÁRMORE SINTÉTICO SUSPENSO, DUAS CUBAS, INCLUSO SIFÃO FLEXÍVEL EM PVC, VÁLVULA PLÁSTICA E TORNEIRA DE METAL CROMADO PADRÃO POPULAR - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	1,00	194,92	238,68	238,68
6.0		TANQUE SÉPTICO					2.382,75
6.1	COMP 003	FOSSA EM ALVENARIA DE TIJOLO MACIÇO 1,80X0,90X2,20M, REVESTIDA E=2,0CM, COM TAMPA PRÉ-MOLDADA DE CONCRETO E FUNDO DE CONCRETO 15MPA, INCLUSO ESCAVAÇÃO E CONFECCÃO	UN	1,00	1.945,90	2.382,75	2.382,75
7.0		SUMIDOURO					1.421,72
7.1	COMP 004	SUMIDOURO EM ALVENARIA DE TIJOLO CERAMICO FURADO DIAMETRO, 1,50M E ALTURA 2,20M, COM TAMPA EM CONCRETO ARMADO DIAMETRO 1,80M E ESPESSURA 10CM, INCLUSO ESCAVAÇÃO E CONFECCÃO	UN	1,00	1.161,06	1.421,72	1.421,72
VALOR TOTAL GERAL COM BDI (INCLUSO A PLACA DA OBRA):							R\$ 15.313,64
VALOR TOTAL GERAL COM BDI (SOMENTE O CONJUNTO SANITÁRIO - ITENS 2.0 À 7.0):							R\$ 13.671,36


 Antonio C. Barros
 Eng. Civil
 CREM BA 92328/D




PLANTA BAIXA
 ESC. 1/25

Antônio C. Barros
 Eng. Civil
 CREA - BA 92328/D

PREF. MUNICIPAL DE TEODORO SAMPAIO

Prefeito: JOSÉ ALVES DA CRUZ

Projeto

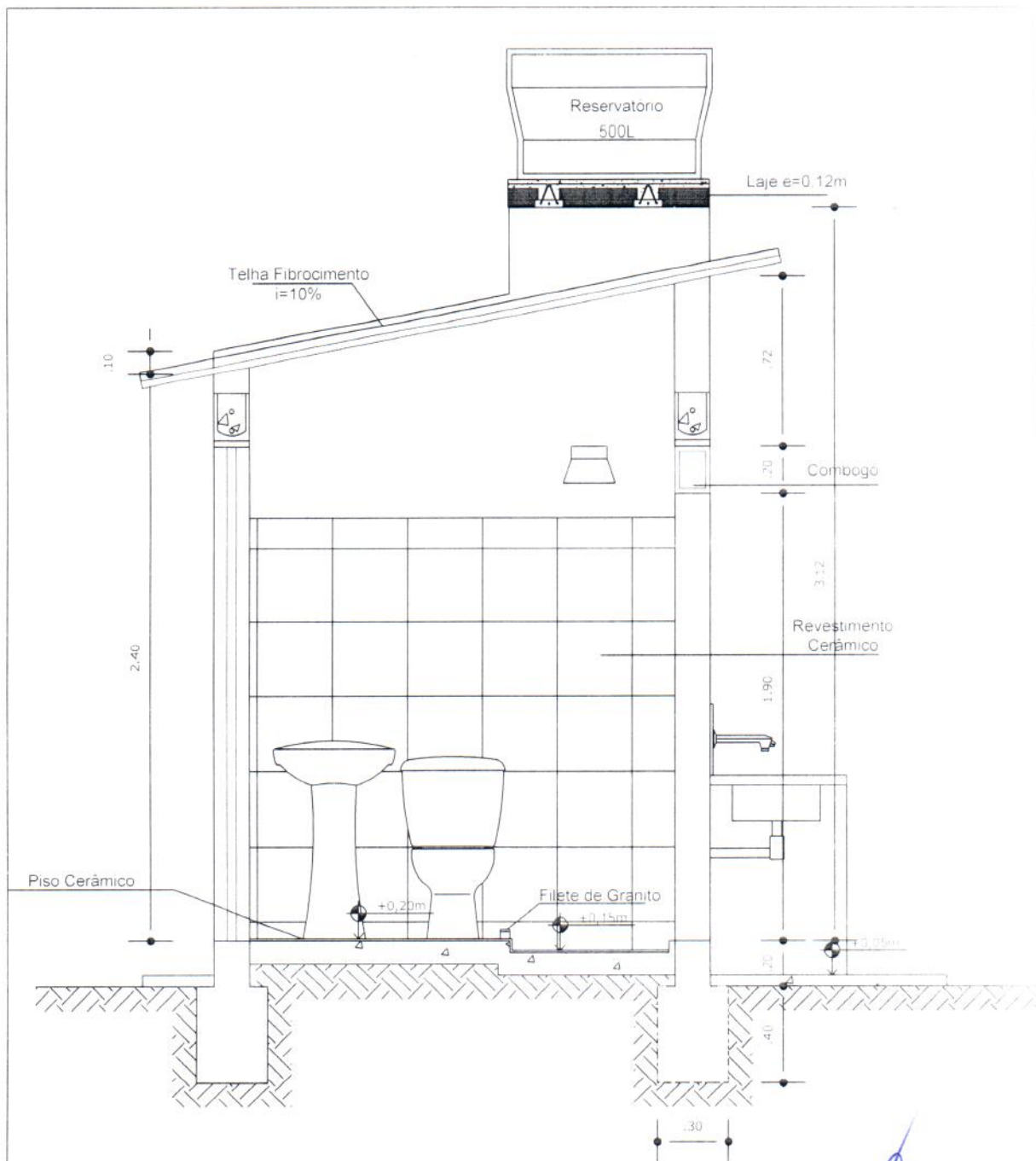
MELHORIAS SANITÁRIAS DOMICILIARES

Teodoro Sampaio - Bahia.

Prancha
DETALHES - SANITÁRIO
 Responsável Técnico

Escala
 1/25
 Data
 MAI/2019

01



CORTE AA
ESC. 1/25

Antonio C. Barros
Eng. Civil
CREA BA 92328/D

PREF. MUNICIPAL. DE TEODORO SAMPAIO

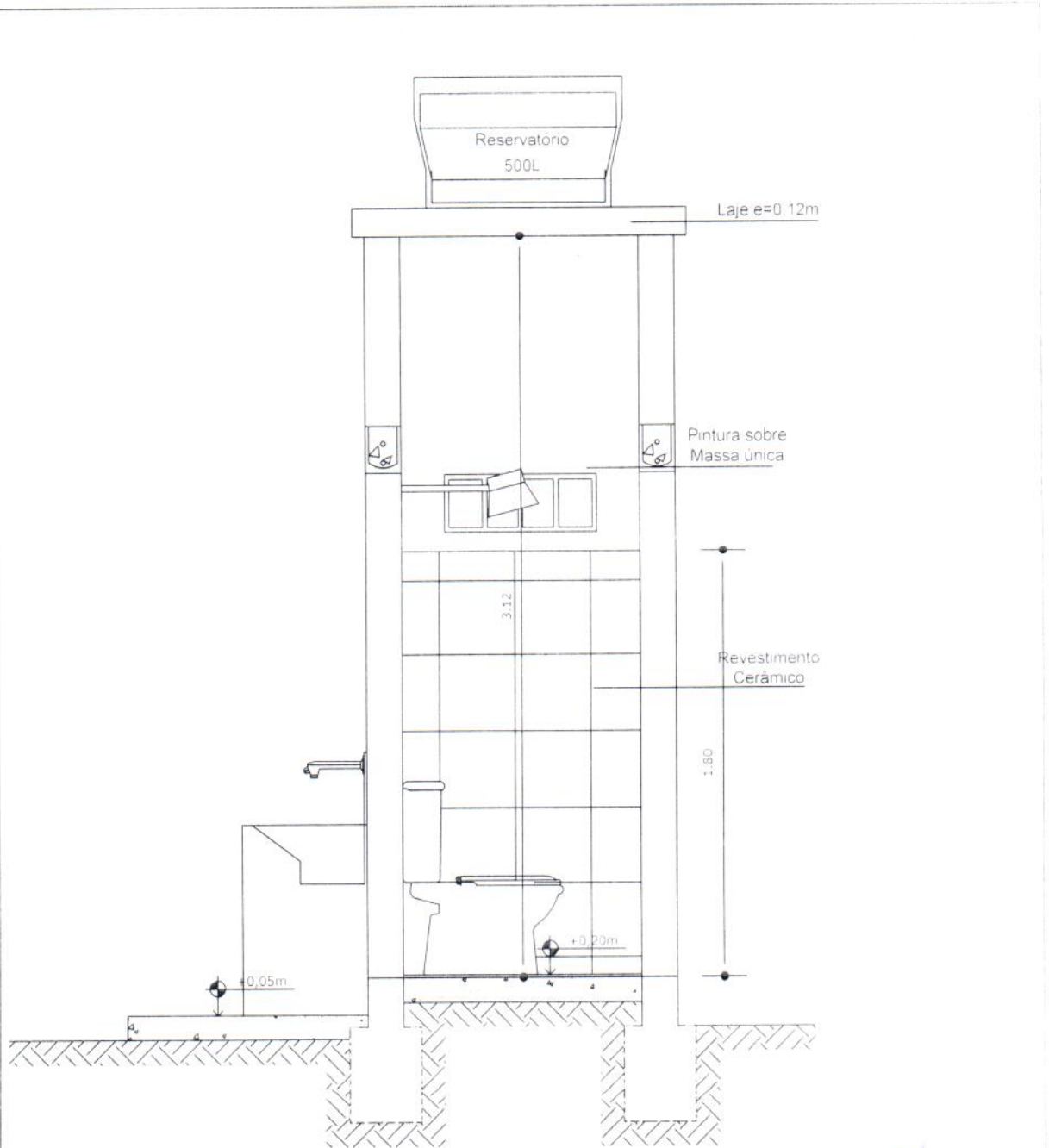
Prefeito: JOSÉ ALVES DA CRUZ

Projeto MELHORIAS SANITÁRIAS DOMICILIARES Teodoro Sampaio - Bahia.

Prancha
DETALHES - SANITÁRIO
Responsável Técnico

Escala
1/25
Data
MAI/2019

02




CORTE BB
 ESC. 1/25

Antônio S. Barros
 Eng. Civil
 CREA BA 12328/D

PREF. MUNICIPAL. DE TEODORO SAMPAIO

Prefeito: JOSÉ ALVES DA CRUZ

Projeto

MELHORIAS SANITÁRIAS DOMICILIARES

Teodoro Sampaio - Bahia.

Prancha

DETALHES - SANITÁRIO

Escala

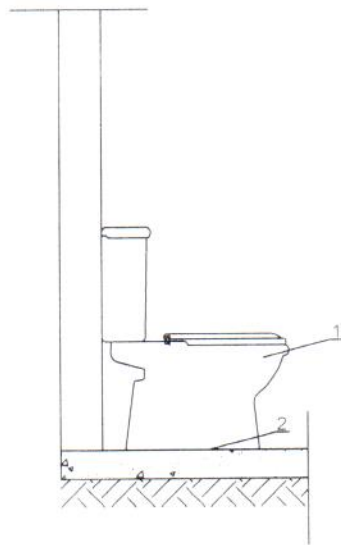
1/25

Data

MAI/2019

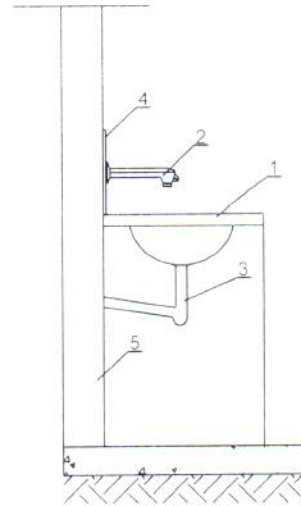
Responsável Técnico:

03



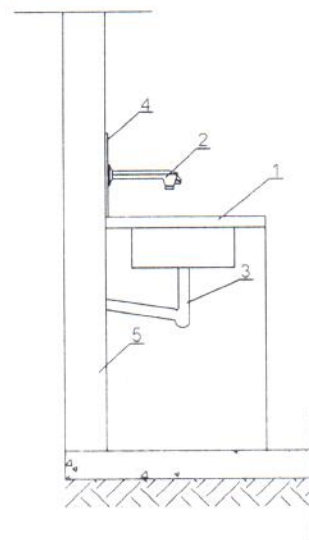
- 1 - Vaso sanitário com bacia acoplada
- 2 - Parafuso de fixação com bucha

ESQUEMA VASO SANITÁRIO
ESC. 1/25



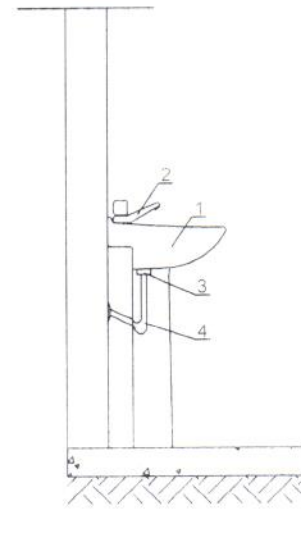
- 1 - Tanque de lavar roupas
- 2 - Torneira de pressão 1/2"
- 3 - Válvula 3/4" e Sifão Plástico 40x50mm
- 4 - Revestimento Cerâmico - h= 0,30 m
- 5 - Parede de sustentação

ESQUEMA TANQUE
ESC. 1/25



- 1 - Pia em Mármore Sintético
- 2 - Torneira de pressão 1/2"
- 3 - Válvula 3/4" e Sifão Plástico 40x50mm
- 4 - Revestimento Cerâmico - h= 0,30 m
- 5 - Parede de sustentação

ESQUEMA PIA
ESC. 1/25



- 1 - Lavatório de coluna de louça
- 2 - Torneira 1/2"
- 3 - Válvula plástica para pia
- 4 - Sifão Plástico

ESQUEMA LAVATÓRIO
ESC. 1/25

Antonio M. C. Barros
Arq. Civil
CREA BA 92328/D

PREF. MUNICIPAL. DE TEODORO SAMPAIO

Prefeito: JOSÉ ALVES DA CRUZ

Projeto

MELHORIAS SANITÁRIAS DOMICILIARES

Teodoro Sampaio - Bahia.

Prancha

DETALHES - SANITÁRIO

Escala

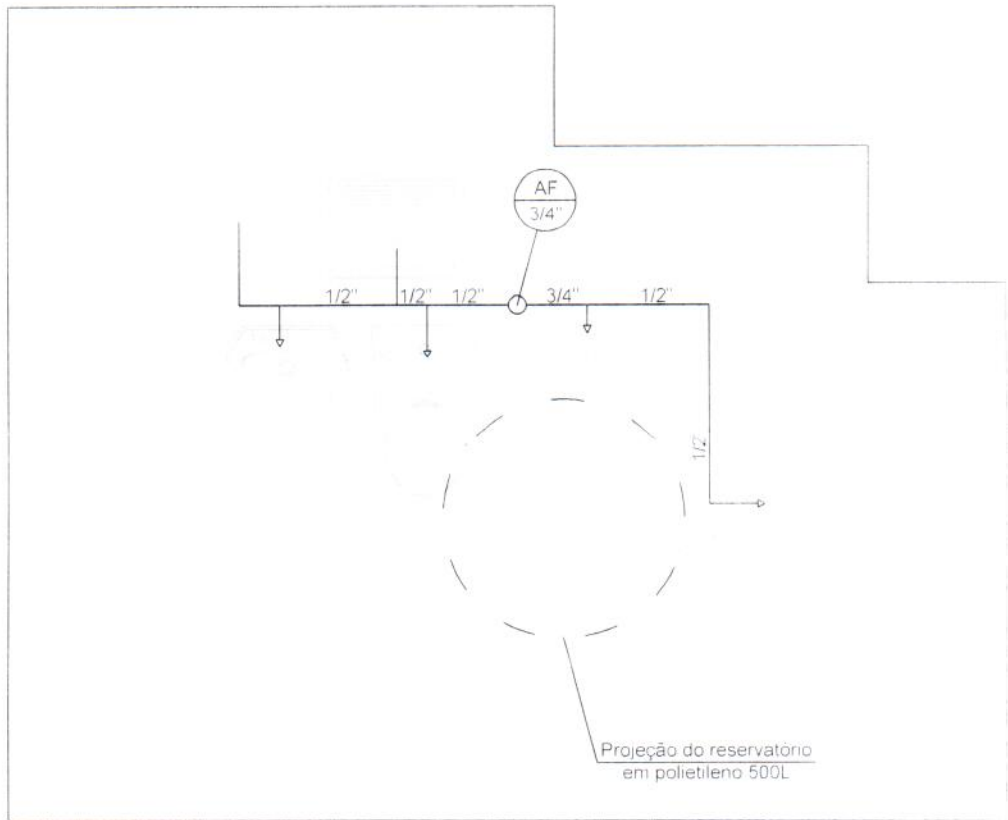
1/25

Data

MAI/2019

Responsável Técnico

04



 **ESQUEMA DE ÁGUA**
ESC. 1/25

Antonio C. Barros
Eng. Civil
CREA BA 92228/D

PREF. MUNICIPAL DE TEODORO SAMPAIO

Prefeito: JOSÉ ALVES DA CRUZ

Projeto:

MELHORIAS SANITÁRIAS DOMICILIARES

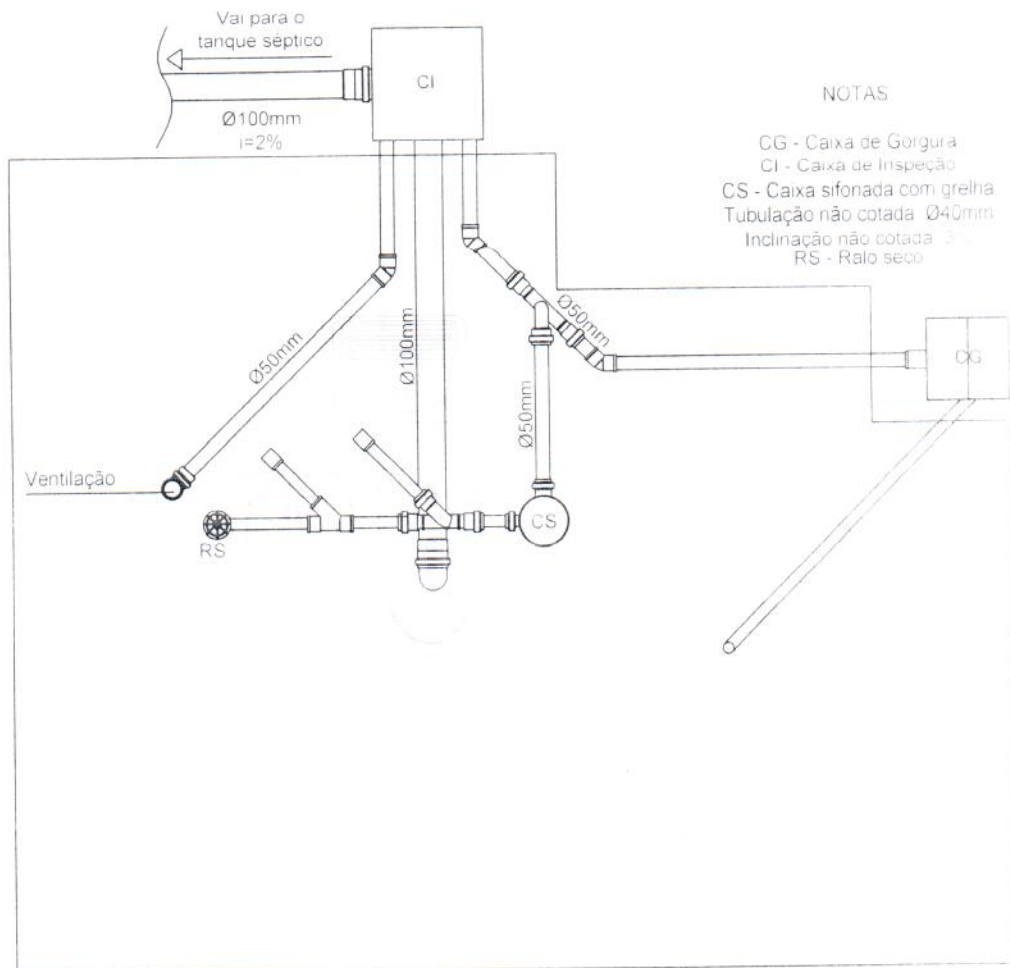
Teodoro Sampaio - Bahia.

Prancha
DETALHES - SANITÁRIO

Escala Data
1/25 MAI/2019

Responsável Técnico:

05



ESQUEMA DE ESGOTO
 ESC. 1/25

Antonio C. Barros
 Eng. Civil
 CREA - BA 2328/D

PREF. MUNICIPAL. DE TEODORO SAMPAIO

Prefeito: JOSÉ ALVES DA CRUZ

Projeto

MELHORIAS SANITÁRIAS DOMICILIARES

Teodoro Sampaio - Bahia.

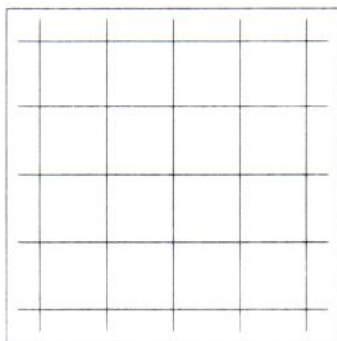
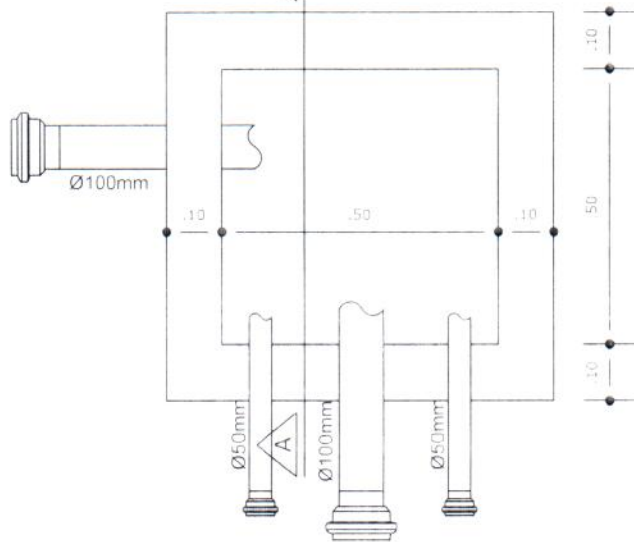
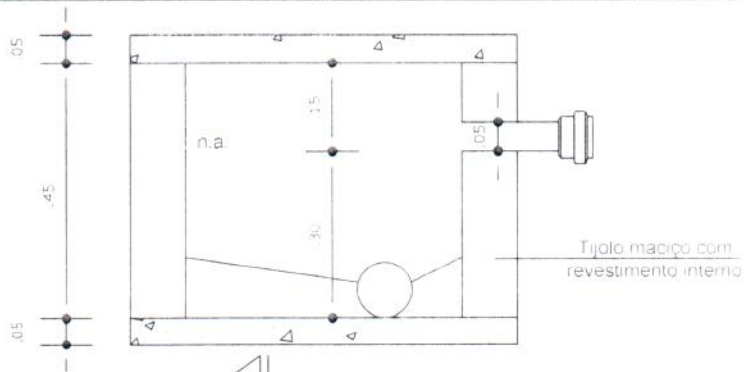
Prancha
DETALHES - SANITÁRIO

Escala
 1/25

Data
 MAI/2019

Responsável Técnico

06




DETALHE CAIXA DE INSPEÇÃO
 ESC. 1/12,5

Antonio M.C. Barros
 Eng. Civil
 CREA BA 92328/D

PREF. MUNICIPAL DE TEODORO SAMPAIO

Prefeito: JOSÉ ALVES DA CRUZ

Projeto

MELHORIAS SANITÁRIAS DOMICILIARES

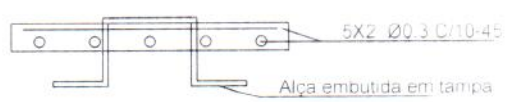
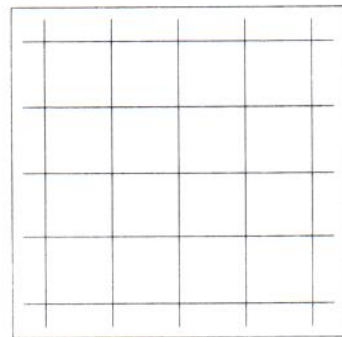
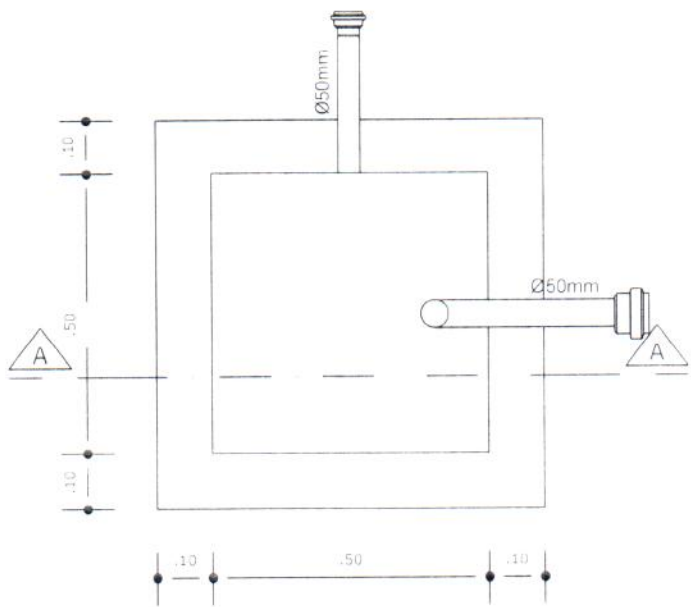
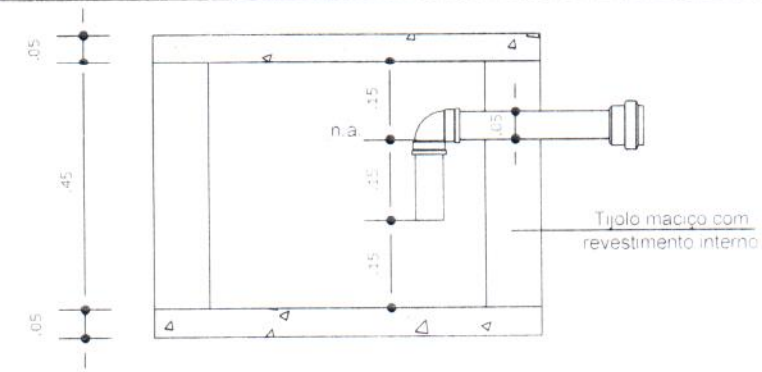
Teodoro Sampaio - Bahia.

Prancha
DETALHES - SANITÁRIO

Escala 1/25 Data MAI/2019

Responsável Técnico

07



○ DETALHE CAIXA DE GORDURA
ESC. 1/12.5

Antônio C. Barros
Eng. Civil
CREA BA 22228/D

PREF. MUNICIPAL DE TEODORO SAMPAIO

Prefeito: JOSÉ ALVES DA CRUZ

Projeto

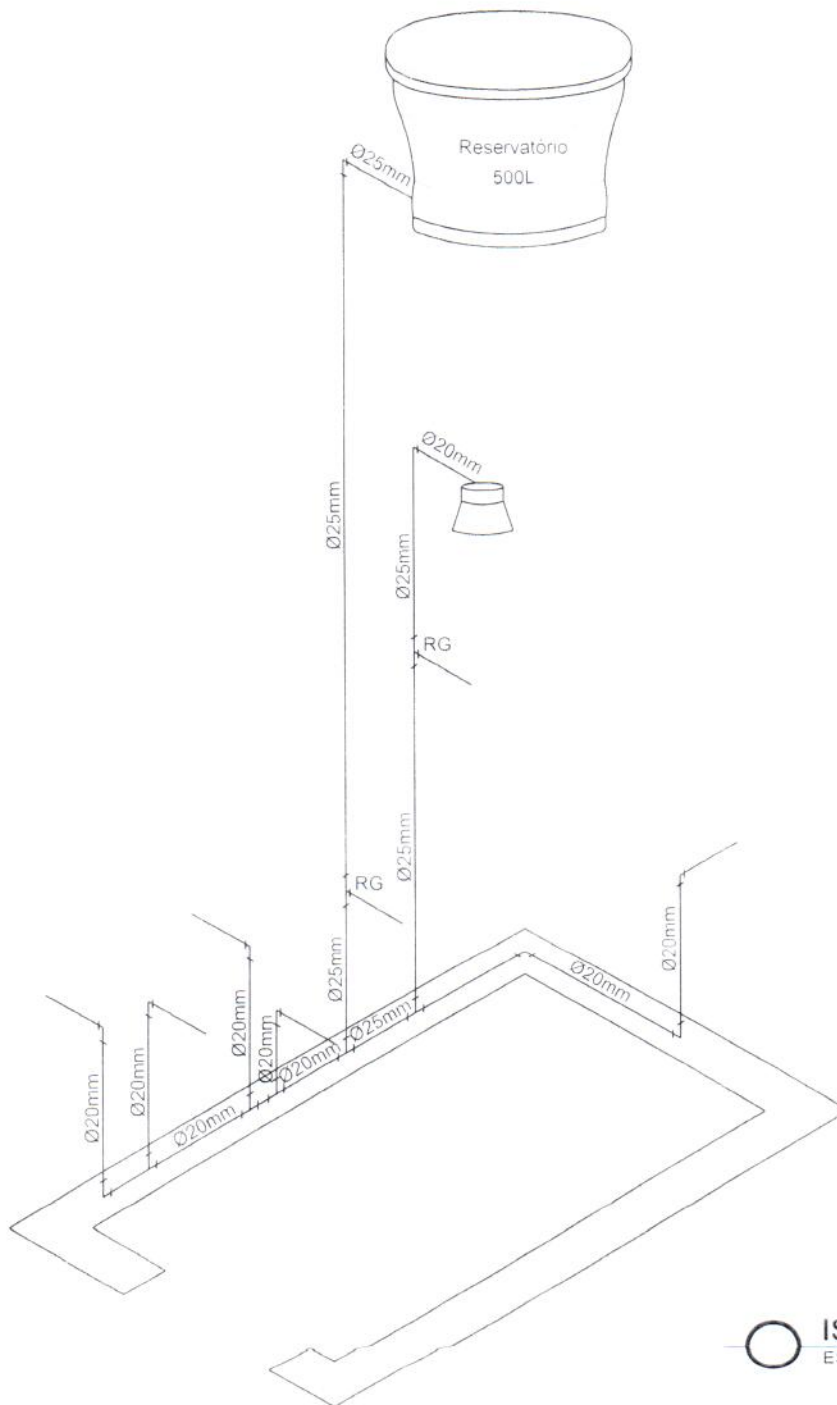
MELHORIAS SANITÁRIAS DOMICILIARES

Teodoro Sampaio - Bahia.

Prancha
DETALHES - SANITÁRIO
Responsável Técnico

Escala
1/25
Data
MAI/2019

08



Antonio C. Barros
 Eng. Civil
 CREA: BA 92328/D

ISOMÉTRICO
 ESC. 1/25

PREF. MUNICIPAL DE TEODORO SAMPAIO

Prefeito: JOSÉ ALVES DA CRUZ

Projeto:

MELHORIAS SANITÁRIAS DOMICILIARES

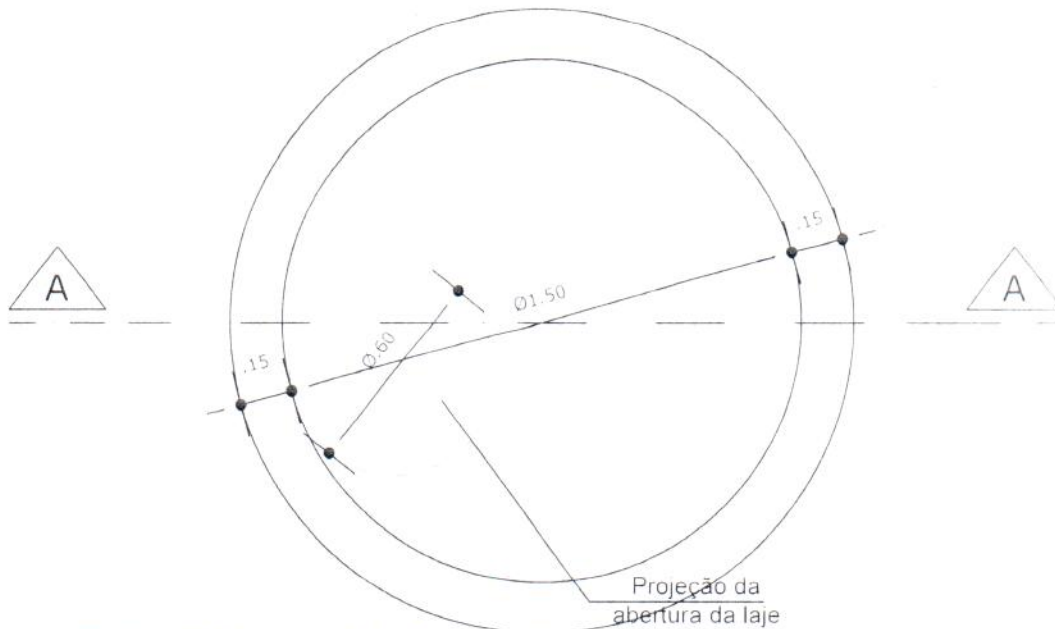
Teodoro Sampaio - Bahia.

Prancha
DETALHES - SANITÁRIO

Escala: 1/25
 Data: MAI/2019

Responsável Técnico:

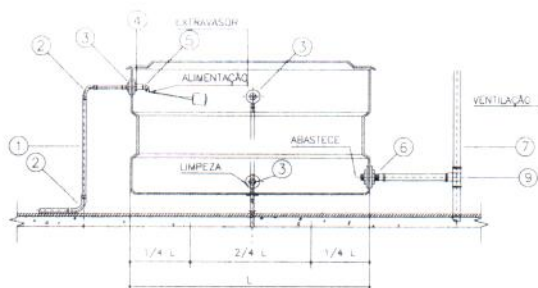
09



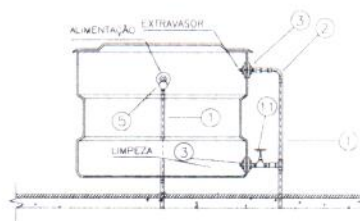
**DETALHE DO SUMIDOURO
PLANTA BAIXA**

ESC. 1/20

**INSTALAÇÃO DE CAIXA D'ÁGUA
CAPACIDADE 500Litros**



CORTE LONGITUDINAL



CORTE TRANSVERSAL

LEGENDA

- 1-TUBO PVC Ø 25mm
- 2-JOELHO 90° PVC SOLDÁVEL Ø 25mm
- 3-ADAPTADOR SOLDÁVEL LONGO PVC COM FLANGES LIVRES PARA CAIXA D'ÁGUA
- 4-LUVA PVC COM ROSCA Ø 3/4"
- 5-TORNEIRA BOIA PARA CAIXA D'ÁGUA Ø 3/4"
- 6-ADAPTADOR SOLDÁVEL LONGO DE PVC COM FLANGES LIVRES PARA CAIXA D'ÁGUA
- 7-TUBO PVC RÍGIDO SOLDÁVEL Ø 25mm
- 8-CURVA 90° PVC SOLDÁVEL Ø 25mm
- 9-TÊ 90° PVC SOLDÁVEL Ø 25mm
- 10-ADAPTADOR SOLDÁVEL CURTO DE PVC COM BOLSA E ROSCA PARA REGISTRO
- 11-REGISTRO DE GAVETA Ø 1"

Antonio M. C. Barros
Eng. Civil
CREA BA 92328/D

PREF. MUNICIPAL. DE TEODORO SAMPAIO

Prefeito JOSÉ ALVES DA CRUZ

Projeto

MELHORIAS SANITÁRIAS DOMICILIARES

Teodoro Sampaio - Bahia.

Prancha

DETALHES - SANITÁRIO

Responsável Técnico

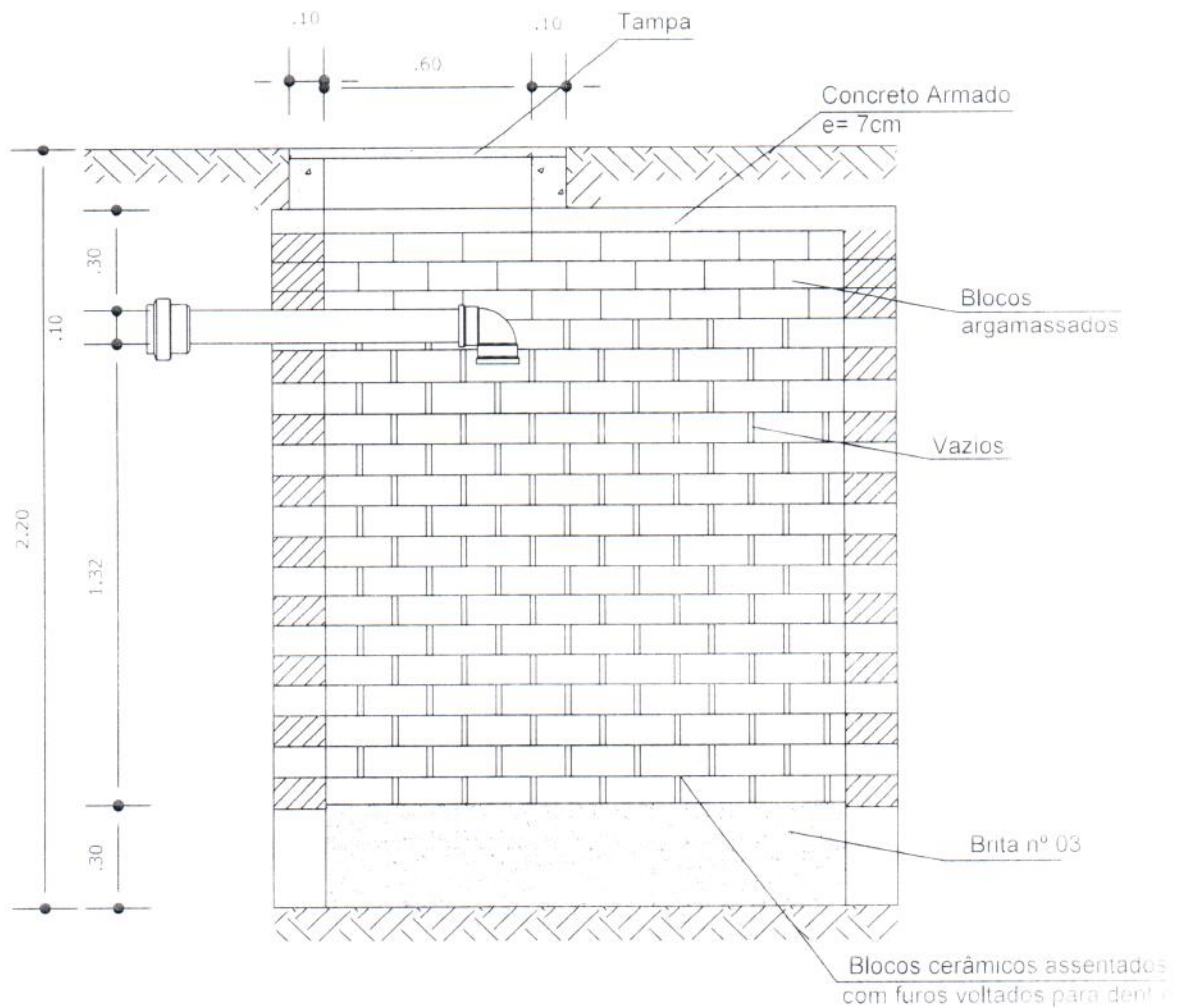
Escala

1/25

Data

MAI/2019

10



**DETALHE DO SUMIDOURO
CORTE A-A**

ESC. 1/20

Antonio A.C. Barros
Eng. Civil
CREA 009238/D

PREF. MUNICIPAL DE TEODORO SAMPAIO

Prefeito: JOSÉ ALVES DA CRUZ

Projeto

MELHORIAS SANITÁRIAS DOMICILIARES

Teodoro Sampaio - Bahia.

Prancha

DETALHES - SANITÁRIO

Escala

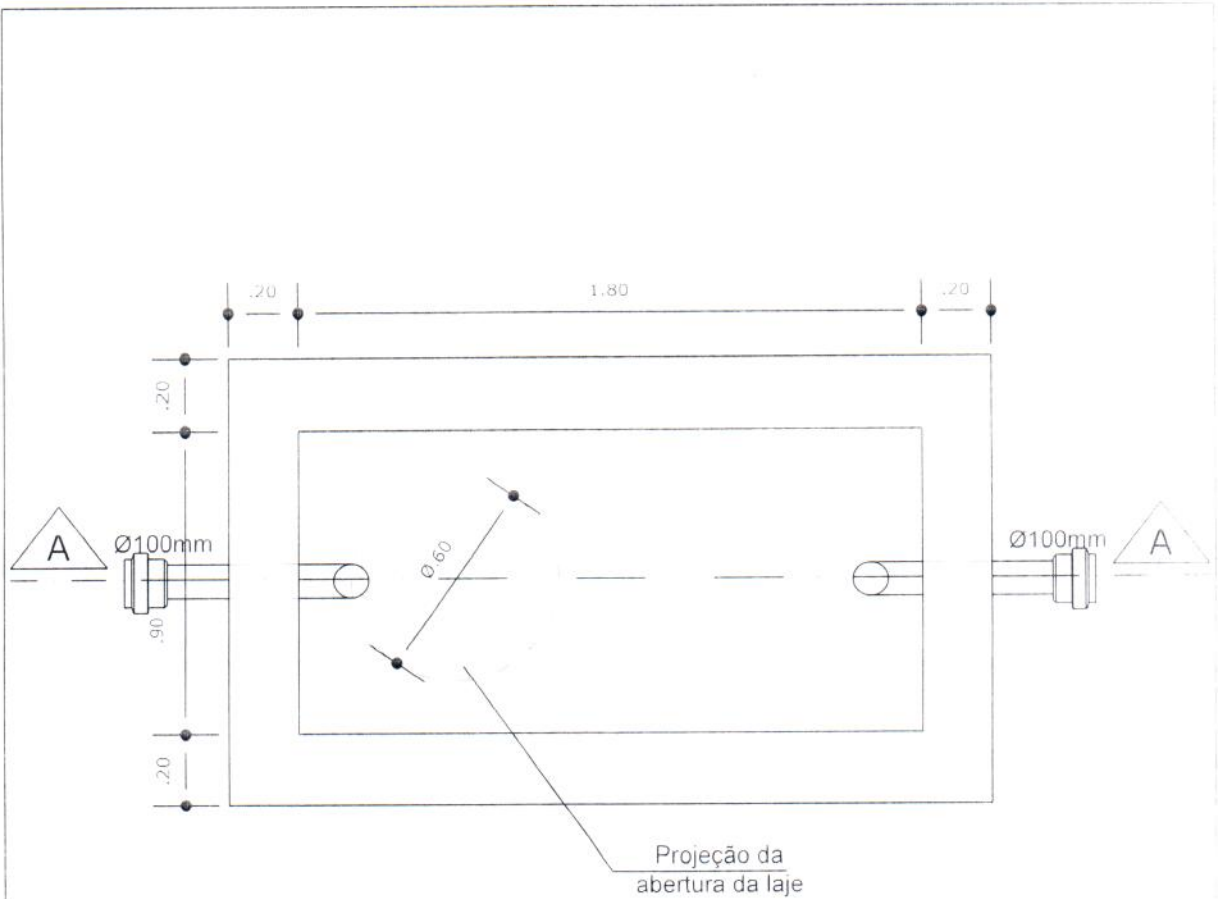
1/25

Data

MAI/2019

Responsável Técnico

11



**DETALHE DA FOSSA
PLANTA BAIXA**

ESC. 1/25

Antonio M.S. Barros
Eng. Civil
CREA-013322/D

PREF. MUNICIPAL. DE TEODORO SAMPAIO

Prefeito: JOSÉ ALVES DA CRUZ

Projeto:

MELHORIAS SANITÁRIAS DOMICILIARES

Teodoro Sampaio - Bahia.

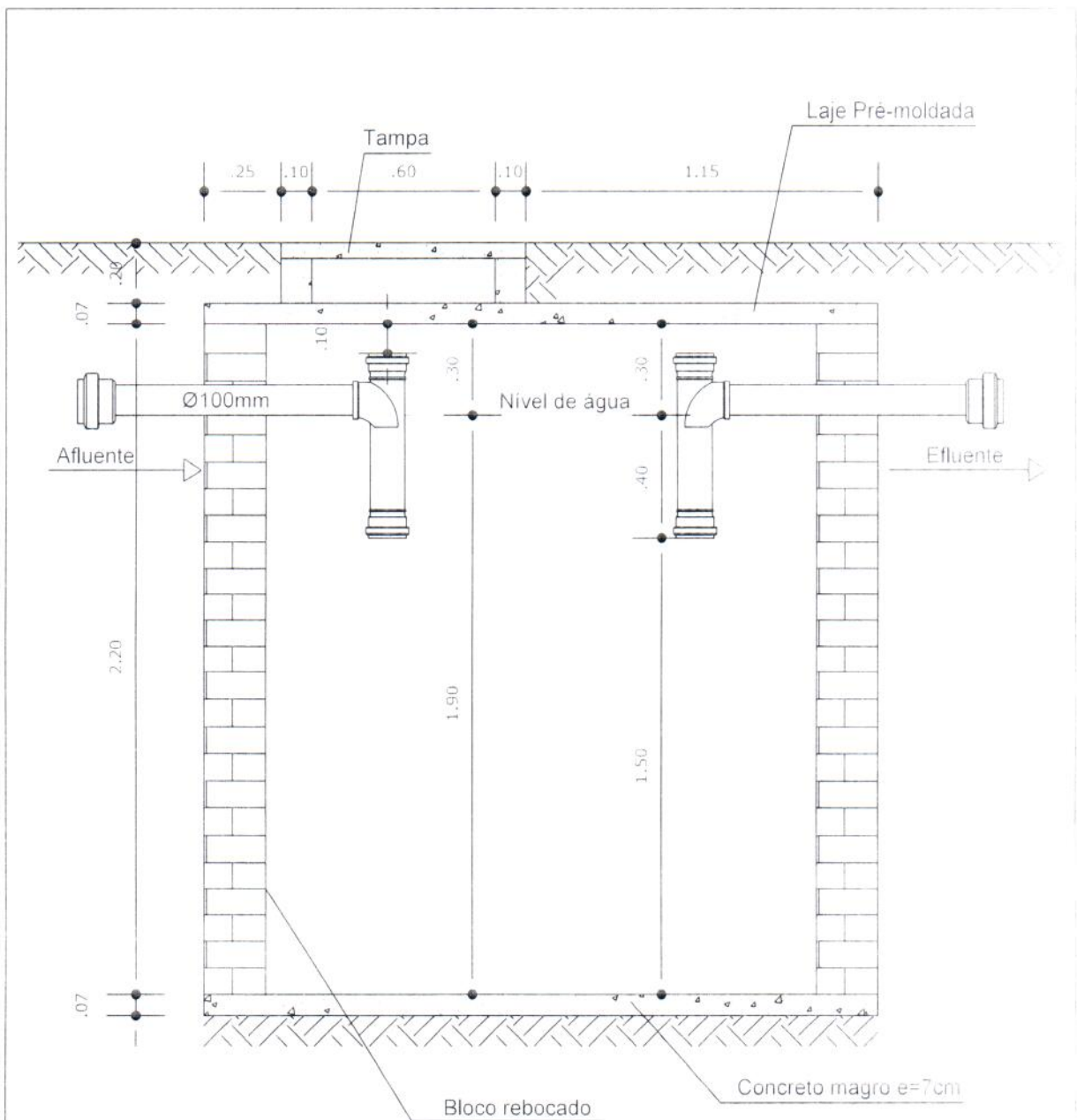
Prancha
DETALHES - SANITÁRIO

Escala
1/25

Data
MAI/2019

Responsável Técnico:

12



**DETALHE DA FOSSA
CORTE A-A**

ESC. 1/25

Antonio M. C. Barros
Eng. Civil
CREA BA 92328/D

PREF. MUNICIPAL. DE TEODORO SAMPAIO

Prefeito: JOSÉ ALVES DA CRUZ

Projeto

MELHORIAS SANITÁRIAS DOMICILIARES

Teodoro Sampaio - Bahia.

Prancha
DETALHES - SANITÁRIO

Escala
1/25

Data
MAI/2019

Responsável Técnico

13